



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**Mulheres em profissões consideradas masculinas: Construção da identidade
policial das mulheres na polícia.**

Monografia Apresentada em Cumprimento Parcial dos Requisitos Exigidos Para a Obtenção do
Grau de Licenciatura em Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane

Autora:

Albertina Francisco Justino

Supervisor:

Dr. Neto Sequeira

Maputo, Julho de 2015

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**Mulheres em profissões consideradas masculinas: Construção da identidade
policia das mulheres na polícia.**

Autora:

Albertina Francisco Justino

Monografia Apresentada em Cumprimento Parcial dos Requisitos Exigidos para a Obtenção do
Grau de Licenciatura em Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane

Supervisor:

Dr. Neto Sequeira

O Júri

O presidente:

O supervisor:

O oponente:

Maputo, aos _____ de _____ de 2015

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, Albertina Francisco Justino, declaro por minha honra que o presente trabalho de fim de curso de Licenciatura em Sociologia, nunca foi apresentado para a obtenção de qualquer outro grau académico, daí que os resultados desta pesquisa, constituem fruto da minha investigação pessoal, estando indicadas na bibliografia todas as fontes por mim utilizadas no decorrer do trabalho de pesquisa.

(Albertina Francisco Justino)

DEDICATÓRIA

Dedico a minha família, pelo apoio incondicional e por terem contribuído grandemente para a realização deste sonho. E principalmente a minha mãe, por ter me dado a vida e que onde quer que ela se encontre, esteja orgulhosa de mim.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pelo conforto e por ter me permitido chegar até aqui e realizar este sonho.

À Minha família, concretamente ao meu pai e irmãos, pelo apoio incondicional que têm me dado em todas as etapas da minha vida, e por terem me ajudado a alcançar este grande sonho.

Ao meu namorado Stélio, pelo suporte emocional, pelo incentivo e por estar ao meu lado na concretização deste sonho.

Aos policiais Acácio e Mandavir, por terem facilitado no acesso às entrevistadas.

Às entrevistadas, pela disponibilidade em participar da pesquisa, pois sem a sua colaboração, a concretização deste trabalho não seria possível.

Aos meus colegas, pela caminhada nos quatro anos na academia, pois com eles passei bons e maus momentos. E obrigado pelas sugestões e críticas no trabalho.

Ao meu Supervisor, Dr. Neto Sequeira, obrigado pelas orientações e por ter acompanhado com interesse e dedicação a todas as etapas do trabalho.

Aos meus amigos, pelos conselhos e por estarem sempre do meu lado, sempre que preciso. Em particular ao Luís, pelo grande apoio no fornecimento de material bibliográfico e pelo apoio moral.

SIGLAS

PRM- Polícia da República de Moçambique

PIC- Polícia de Investigação Criminal

PPM- Polícia Popular de Moçambique

PEPRM- Plano Estratégico da Polícia da República de Moçambique

ACIPOL- Academia de Ciências Policiais

Resumo

Neste trabalho incidimos sobre as experiências das mulheres dentro da polícia nas primeira e sexta esquadras da cidade de Maputo com o objectivo de compreender a forma como aquelas constroem a sua identidade policial. Durante muito tempo a polícia foi uma profissão que barrava a entrada de mulheres, devido a questões socio-culturais. Pois à ela, era reservada a esfera privada, onde a sua tarefa era cuidar da casa, dos filhos e do marido. Hoje encontramos um número cada vez crescente de mulheres integrando-se nas forças policiais, o que fundamenta a problematização da construção da sua identidade nesta profissão. Recorremos a Construção social da realidade de Berger e Luckmann (1978) para compreender o encontro entre os valores da instituição policial e as experiências que as mulheres transportam consigo do seu passado. O que foi feito com base na abordagem qualitativa.

A análise e interpretação dos dados permitiu-nos observar que dentro da instituição policial encontramos mulheres nas posições de chefe, assim como subalternas, sendo que algumas percebem que enfrentam dificuldades na sua promoção e outras afirmam que partilham as mesmas oportunidades com relação aos colegas homens. A polícia é uma profissão com regras, princípios e valores que são transmitidos e espera-se que sejam cumpridos pelos polícias, porém, os dados revelam que as mulheres constroem a sua identidade com base nestes, assim como com o conhecimento que trazem consigo antes de tornarem-se membros da corporação. Assim, a honestidade, lealdade, sinceridade são associados a sensibilidade e passividade feminina para evitar o recurso a violência. Concluimos que a construção da identidade policial não implica o abandono dos seus traços femininos e nem a rejeição do que é transmitido na sua profissão, antes ocorre por meio da conjugação dois universos, podendo assemelhar e distanciar-se dos homens.

Palavras-chave: *Identidade; polícia; instituição policial.*

Abstract

In this work we focus on the experiences of women within the police in the first and sixth police stations of Maputo City in order to understand how they build their police identity. For a long time the police was a profession that barred the entry of women, due to socio- cultural issues. Because it was reserved to the private sphere, where his job was to look after the house, the children and the husband. Today, there are an increasing number of women integrating the police forces, which reasoning in questioning the construction of identity in this profession. We use social construction of reality from Berger and Luckmann (1978) to understand the encounter between the values of the police institution and the experiences that women carry with them of their past. That was done based on the qualitative approach.

The analysis and interpretation of data allowed us to note that within the police institution, there are women in head positions, as well as subordinate, and some women face difficulties in their promotion and others state to share the same opportunities with male colleagues. The police is a profession with rules, principles and values that are transmitted and expected to be fulfilled by police, however, the data show that women build their identity based on these, as well as with the knowledge they bring before becoming members of the corporation. Thus, honesty, loyalty, sincerity are associated with sensitivity and female passivity to avoid recourse to violence. We conclude that the construction of police identity does not imply the abandonment of their feminine traits, nor the rejection of what is transmitted in their profession before it occurs through the conjugation of two universes, which may resemble and not resemble from men.

Keywords: identity; police; police institution.

Índice

DECLARAÇÃO DE HONRA.....	i
DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS	iii
SIGLAS.....	iii
Resumo	v
Abstract	vi
Introdução	1
Capítulo 1. Revisão da literatura.....	8
1.1. Inserção da mulher no mercado de trabalho ao nível internacional.....	8
1.2. Inserção da mulher no mercado de trabalho em Moçambique	10
1.4. Estudos empíricos sobre a inserção da mulher na polícia.....	11
Capítulo 2. Enquadramento teórico e conceptual	16
2.1. Quadro teórico	16
2.2. Definição e operacionalização dos conceitos	19
2.2.1. Identidade policial.....	19
Capítulo 3. Metodologia	22
3. Constrangimentos do estudo	25
Capítulo 4. Apresentação, análise, interpretação e discussão dos dados	27
4.1. Perfil sócio-demográfico das polícias	27
4.2. Mulher nos cargos de chefia na polícia.....	28
4.3. Exercício da profissão de polícia	34
4.4. Construção da identidade policial da mulher.....	39
5. Considerações finais	45
6. Referências bibliográficas.....	47

Anexos	51
--------------	----

Introdução

A construção da identidade tem sido um dos temas que marca os diferentes paradigmas das ciências sociais, na medida em que acompanha as dinâmicas da sociedade – a forma como se relaciona o indivíduo e a sociedade, assim como demanda novos quadros analíticos para a sua compreensão. É neste sentido que autores como, Hall (2006) descrevem diferentes fases da construção da identidade, identificando o sujeito essencialista, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno.

É esta centralidade que a identidade ocupa na compreensão da realidade que fez com que conduzíssemos o nosso trabalho no sentido de compreender a construção da identidade da mulher no mercado de trabalho, especificamente na polícia, como uma profissão que esteve durante muito tempo – desde a sua origem – reservada para o homem. Pois ao homem estava reservada a esfera pública, do trabalho e a mulher a esfera privada, ligada a tarefas domésticas. Este fechamento profissional fez com que esta instituição fosse dominada por valores masculinos, o que coloca para a mulher o desafio de lidar com este de modo a auto-construir-se.

A profissão de polícia surgiu em diferentes momentos históricos nas diferentes sociedades. No contexto internacional, Bayley (2001) diz que a necessidade de sobrevivência no meio hostil, aliada à necessidade de protecção e de organização fez com que surgissem alguns conflitos entre os homens. Assim a polícia, de modo geral, nasceu de uma necessidade social, com o surgimento dos primeiros núcleos sociais, assim tornou-se um poder de harmonização dos interesses em conflito. O autor diz, que primeiramente a protecção era privada, mas com o crescimento da insegurança, ao declínio da eficácia da protecção estabelecida e o aumento de violência devido a não-aceitação da ordem estabelecida, a protecção passou a ser feita pelas instituições policiais. O autor refere ainda que, polícia evoluiu no decorrer da história da humanidade como profissão é resultado do mundo moderno, mais precisamente do século XIX.

Na Europa, o processo de inserção da mulher na polícia relaciona-se a vários aspectos: o contexto do recrutamento de mulheres situa-se em momentos de crise das forças policiais (por exemplo, deslocamento de homens em períodos de guerra, ou com a forte deterioração da imagem pública das polícias); existência de uma cultura policial feminina, que estaria

identificada e valorizaria as formas preventivas, ou seja, menos truculentas de policiamento (Calazans, 2004).

E quanto o historial da polícia em Moçambique, o plano estratégico da PRM (2003) divide-o em três períodos que são: o período colonial, o período pós-independência e o período pós- Acordo geral de paz.

No primeiro período, o colonial que está ligado a vigência da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública em geral e em particular o Sistema Policial visava defender as instituições coloniais portuguesas e bem ainda garantir a segurança do cidadão português originário e ou assimilado, e dos seus bens. Daí ser um sistema policial predominantemente urbanizado, concentrado nas chamadas zonas de povoamento. Com efeito, nas chamadas zonas de integração, a protecção do nativo, do chamado indígena, era assegurada por um sistema parapolicial, que compreendia os sipaios, cuja missão era predominantemente repressiva, na medida em que agia em função da ocorrência de factos criminais, mormente os de carácter público (PEPRM, 2003: 30).

Na verdade, nestas zonas não existia um serviço de polícia, porquanto a sua presença era mais virada para diligências de busca e esclarecimento dos crimes ocorridos naqueles locais, e igualmente aparecia como força de asseguramento do Administrador e outros funcionários quer na sede das administrações, quer ainda nas suas deslocações pelo interior do território sob sua jurisdição (ibdem).

No segundo período, o pós-independência, em 1979, com a revisão da Constituição da República Popular de Moçambique, foi criada a Polícia Popular de Moçambique. Tratava-se de uma corporação que resultou do desígnio de aglutinação das várias forças policiais entretanto existentes, designadamente o Corpo de Polícia de Moçambique, a Polícia de Investigação Criminal, a de Trânsito e a de Transportes e Comunicações. Entre outros aspectos, a criação da PPM significou a opção do Estado moçambicano em integrar, na Polícia geral, a PIC, que até então dependia directamente do Ministro do Interior (Ibdem).

E o terceiro período, o pós acordos de paz, ocorre com a necessidade de adequar a realização da segurança interna, que era um dos pontos deste acordo. Onde procurou-se adequar à Constituição da República de Moçambique adoptada em 1990 determinou a criação da Polícia da República

de Moçambique. Subsequentemente, através do Decreto no22/93, de 16 de Setembro, é aprovada a estrutura orgânica da PRM, contemplando ao nível do Comando-Geral três direcções: Direcção Nacional de Protecção, Direcção Nacional de Investigação Criminal e Direcção Nacional de Administração (PEPRM, 31).

Segundo a Lei Orgânica, no artigo 1 do número 1, quanto a sua natureza a polícia da República de Moçambique, abreviadamente designada por PRM, é um serviço público, apartidário, de natureza paramilitar, integrado no Ministério que superintende a área da ordem e segurança pública. E quanto as suas funções, o artigo 3, diz que a Polícia da República de Moçambique, em colaboração com outras instituições do Estado e da sociedade em geral, tem como função garantir a observância da lei e ordem, a salvaguarda da segurança de pessoas e bens, a tranquilidade pública, a inviolabilidade da fronteira estatal, o respeito pelo Estado de Direito Democrático e dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos.

A PRM, tem como algumas competências gerais: assegurar o respeito pela legalidade, garantindo a ordem, segurança e tranquilidade públicas; proteger as pessoas e bens; adoptar as providências adequadas à prevenção e repressão da criminalidade e dos demais actos contrários à lei e aos regulamentos, sem prejuízo das competências específicas atribuídas por lei a outros organismos (lei orgânica, artigo 4, número 1, alíneas a,b e c respectivamente). E competências específicas, no número, alínea a, é de garantir a ordem, segurança e tranquilidade públicas. (Lei orgânica, 2013).

O plano estratégico da PRM (PEPRM) de 2003, volume I apresentava como uma das suas estratégias e objectivos e actividades a serem traçadas para o melhoramento da PRM, o aumento dos seus efectivos, garantindo a equidade e transparência, e traçou como resultados a alcançar, a proporção de 30% até 2012, dos novos ingressos do sexo feminino.

Este estudo, quanto *a delimitação*, foi realizado nalgumas esquadras da cidade de Maputo, nomeadamente na 1ª e 6ª Esquadras, nas quais trabalhamos com mulheres que se encontram a exercer a actividade de polícia há pelo menos quatro anos. Consideramos este tempo limite pelo facto de assumirmos como base o princípio segundo o qual a identidade construída dentro de um papel ou uma profissão não pode ser aprendida no momento ou pouco tempo depois de o actor social inserir-se nesse papel ou profissão. Como afirmam Berger(2001), primeiramente o

indivíduo pode tentar manter a postura que trazia consigo, contudo, com o tempo esta postura entra em relação dialéctica com as normas e valores implicados no papel. Aí começa a reconstrução da identidade anterior e a construção de uma nova identidade.

A construção do *problema de pesquisa* teve como base tanto a realidade concreta moçambicana, assim como a literatura existente sobre o fenómeno que incidimos. No primeiro ponto, destacamos que os dados fornecidos pela Acipol, uma das instituições de formação policial em Moçambique, em Abril de 2014, demonstram que entre 2010-2014 o número de ingresso de mulheres nesta instituição aumentou, pois de 2010/2011 o número era de 34 mulheres, de 2011/2012 passou para 39, de 2012/2013 aumentou para 46 e de 2013/2014 subiu para 50.

Estes dados revelam uma dupla realidade. Por um lado, a existência de mulheres preocupadas ou interessadas em ingressar para a polícia – independentemente da motivação ou influência – e, por outro, a preocupação e abertura da PRM, como uma instituição empregadora, em integrar cada vez mais mulheres para o seu quadro de profissionais. É esta realidade que tornou possível a realização do nosso estudo no sentido de incidirmos sobre a construção da identidade destas mulheres que encontram diante de si uma estrutura institucional masculinizada.

É também esta realidade, que não se limita só a Moçambique, que faz com que diferentes estudos tenham sido e venham sendo desenvolvidos no mesmo sentido que o nosso. Os estudos sobre a construção da identidade no centro policial seguem duas linhas de argumentação. Na primeira, onde podemos destacar Cappelle e Melo (2010), Almeida e Paiva (2008), Lopes e Brasil (2010), Bezerra e Lopes (2008), Calazans (2004), Storani (2008) e Maciel (2009) defende-se que pela disciplina interna, os polícias constroem sua identidade reproduzindo as regras e normas impostas pela instituição policial, o que torna possível falar de uma cultura policial. Na segunda abordagem a ideia é contrária. Autores como Ferreira (2012), Da Silva (2001) e Cassamo (2010), defendem que os polícias constroem sua identidade segundo a suas próprias experiências livres dos constrangimentos institucionais.

As duas abordagens têm sua razão de ser, porém, não pode ajudar a compreender a situação específica da mulher que, por um lado vem de um espaço privado (doméstica) de onde traz consigo valores e normas enraizados pela força da socialização primária e, do outro lado, encontra na polícia valores e normas construídos masculinamente que se impõem a ela. É este

encontro que torna razoável para nós, defender que a construção da identidade policial por parte da mulher é feita ao longo do encontro entre a realidade externa que ela transporta consigo e a interna encontrada na instituição policial.

Berger e Luckmann (1978) oferecem uma base teórica para podermos operacionalizar este trabalho de modo a sustentarmos o nosso posicionamento, na medida em que olhar para a realidade social como sendo dialecticamente constituída por meio do encontro antagónico entre o indivíduo e sociedade, sendo que nenhum dos dois se reduz ao outro e que o produto decorrente deste encontro não se iguala, também, a nenhum deles.

Com base nesta problemática proposta por estes dois teóricos, especificamos o nosso problema de pesquisa, colocando-nos o seguinte questionamento: *Como é que as mulheres polícias constroem a sua identidade profissional dentro da instituição policial?*

Como hipótese de trabalho afirmamos que as mulheres polícias constroem sua identidade profissional a partir da transformação dos valores e normas da instituição policial com base nas suas experiências, de modo, a cumprir com suas funções sem abandonar os valores e normas que trazem consigo.

Quanto aos objectivos que nos propusemos a alcançar com o estudo, tivemos como geral compreender a construção de identidade policial por parte das mulheres das forças policiais. Como objectivo específico definimos os seguintes: descrever o perfil sócio-demográfico das mulheres policiais; identificar os cargos ocupados por mulheres nas forças policiais; descrever as práticas levadas a cabo pelas mulheres no exercício das suas actividades policiais; descrever os valores e normas que as mulheres adoptam para se identificar no exercício das suas funções.

Sob ponto de vista da *justificativa e relevância* da escolha e continuidade com o tema, o nosso interesse resultou do contacto que viemos tendo com o qual destaca-se cada vez mais, a maior participação das mulheres no espaço público e no mercado de trabalho. Esse processo de expansão da sua força de trabalho demonstra que as mulheres vêm conquistando espaço nas instituições laborais, especificamente na polícia. Estudar a construção da identidade policial da mulher reflecte uma forma de compreender os processos implicados na sua inserção nas profissões consideradas masculinas.

Quanto a sua relevância sociológica, o trabalho visa contribuir para o enriquecimento de estudos na área de género e mercado de trabalho, e principalmente no que se refere a inserção da mulher em profissões masculinas. E servirá de estímulo para a elaboração de mais pesquisas que venham a contribuir neste debate. Acreditamos também que o estudo trará uma grande contribuição ao nível dos estudos sobre identidade da mulher polícia, pois constatamos que os estudos que apresentamos na revisão da literatura por um lado, uns focam-se em olhar para a mulher polícia como reprodutora das normas e valores masculinos existentes na instituição.

E por outro lado, os outros destacam o lado mais sensível da mulher, aliado aos seus papéis sociais “tradicionais” de mãe, protectora, sensível. Nós pretendemos contribuir neste debate na medida em que, para nós a mulher polícia constrói a sua identidade de polícia a partir da reprodução das normas e valores masculinos existentes na polícia e também não deixando de fora as dimensões de mãe, protectora, que estão ligadas aos papéis sociais tradicionais da mulher.

Para a interpretação dos dados, como afirmamos anteriormente, recorreremos a teoria da Construção Social da Realidade de Berger e Luckmann (1978) segundo a qual a realidade é construída socialmente pelos actores sociais numa relação dialéctica entre o indivíduo e a sociedade. Neste processo os indivíduos recorrem a informação (estoque de conhecimento) que acumulam ao longo de suas experiências para informar e enformar as suas experiências. Neste sentido, este quadro teórico auxiliou-nos não só a interpretar a relação entre as mulheres polícias e a estrutura da institucional, assim como aferir o conhecimento a partir do qual as mulheres negociam a sua identidade.

Quanto a *metodologia*, tivemos como método básico o qualitativo. Este método tem como princípio a ideia segundo a qual a realidade é constituída por um universo simbólico por meio do qual os indivíduos atribuem significados a realidade dentro da qual se encontram. Assim, possibilitou-nos atingir a dimensão simbólica da realidade das mulheres no sentido de encontrarmos as bases para a interpretação da realidade policial que permite as mulheres seleccionar os valores e normas a interiorizar para a construção da sua realidade. Quanto ao método de abordagem, adoptamos o dialéctico e como quanto ao de procedimento, o monográfico. Para a recolha dos dados, recorreremos a entrevista semi-estruturada a partir da qual entrevistamos as mulheres seleccionadas para a nossa amostra.

Organizamos o trabalho em quatro capítulos. No primeiro capítulo apresentamos a revisão bibliográfica na qual trazemos estudos que nos permitem fazer uma breve contextualização histórica sobre a entrada da mulher no mercado de trabalho ao nível internacional e nacional, a entrada da mulher na polícia ao nível internacional e de Moçambique. Na parte final, trazemos estudos empíricos sobre a construção da identidade da mulher na polícia.

No segundo capítulo, apresentamos o enquadramento teórico e conceptual no qual trazemos a teoria da construção social da realidade de Berger e Lckmann (1978), onde destacamos os principais conceitos. Trazemos, ainda, os principais conceitos que foram definidos e operacionalizados de modo a delimitarmos a realidade sobre a qual incidimos e na qual recolhemos os dados relevantes para o teste da nossa hipótese.

No terceiro capítulo, trazemos a metodologia do trabalho onde definimos o método qualitativo como o básico, o método dialéctico como sendo o de abordagem, o método monográfico como sendo o de procedimento e a entrevista semi-estruturada para a recolha de dados. Ainda neste capítulo, apresentamos a amostra convencional a partir da qual identificamos e abordamos as polícias entrevistadas. No quarto capítulo, apresentamos a análise, interpretação e discussão dos dados, onde buscamos a satisfação dos nossos objectivos.

Por fim, trazemos as considerações finais. Nesta parte procuramos confrontar os resultados esperados com os resultados alcançados de modo a testar a nossa hipótese e demonstrar que os objectivos foram efectivamente alcançados. Na sequência, trazemos as referências bibliográficas que integram todos os estudos usados ao longo do trabalho.

Capítulo 1. Revisão da literatura

1.1. Inserção da mulher no mercado de trabalho ao nível internacional

A sociedade é produto de vários acontecimentos e conseqüentemente esses acontecimentos provocam transformações, como é o caso da inserção das mulheres no mercado de trabalho. Coan (2008) diz que na Idade média as mulheres encontravam-se confinadas no espaço privado, a elas eram atribuídas tarefas domésticas e a criação dos filhos enquanto o espaço público era reservado aos homens, a esfera dos negócios humanos ligada ao prestígio e nas relações de governantes e governados.

(Idem) acrescenta ainda que até o início do século XIX, o papel da mulher na sociedade europeia estava restrito apenas a cuidar da casa, do marido e zelar pelos filhos. Pois o sistema patriarcal no qual estavam inseridas as tornava submissas, primeiramente ao pai e posteriormente ao marido. Elas não possuíam vida social e económica activa. Não tinham direito de manifestar as suas opiniões, viviam em uma sociedade completamente dominada pelos interesses dos homens.

Segundo Feitosa (2010) a integração da mulher no mercado de trabalho resultou de acontecimentos como a revolução industrial no século XIX, quando o trabalho feminino passou a ser relevante para as indústrias e por esta mão-de-obra ser barata.

E outro marco foram os movimentos feministas de luta pelo direito ao trabalho, à remuneração e ao voto, foram fundamentais para a permanência das mulheres no mercado de trabalho. A primeira vaga, finais do século XIX (feminismo sufragista) e segunda vaga, depois da 2ª guerra mundial até os anos de 1980 (feminismo da igualdade) do movimento feminista foram importantes, para a entrada da mulher no mercado de trabalho.

Para Casimiro (2004) a experiência das mulheres no mundo do trabalho assalariado através das guerras mundiais, originou a sua participação nas lutas para melhorar as condições de trabalho, apesar dos protestos dos sindicalistas, que não viam com bons olhos, este exercício industrial de inserção de mulheres nas fábricas, sendo que esta era uma reserva barata e manipulável. O movimento sufragista e o da igualdade contribuíram, pois, para quebrar dois tabus: o da entrada das mulheres no espaço político, através do voto e a separação da casa e do trabalho,

confrontando homens e mulheres aos mesmos instrumentos de trabalho, ritmos e exigências da produção fabril.

Segundo Bessa (2004), a segunda metade de século XX que vai conhecer a chamada segunda vaga do movimento feminista teve como alguns objectivos prioritários o direito a um salário igual e a iguais oportunidades no trabalho, o direito de ter bens próprios durante o casamento, o direito de liberdade sexual. Esta vaga teve como uma das principais protagonistas Betty Friedman, que foi uma autora que contribuiu bastante neste processo de inserção da mulher no mercado de trabalho. Protagonizou um feminismo liberal que caracterizou por definir a situação das mulheres como uma desigualdade não uma situação de exploração ou opressão. Um dos seus principais objectivos era contribuir para o acesso da mulher ao mercado de trabalho.

Quanto a entrada da mulher nas áreas reservadas tradicionalmente para os homens, Bessa (2004) refere que: “Nos decénios dos anos 80, nalguns casos os lugares de relevo, tanto de partidos políticos como no aparelho de alguns Estados, foram ocupados por mulheres declaradamente feministas. A polícia e as forças armadas, áreas tradicionalmente reservadas aos homens, abriram também as suas portas as mulheres” (p.152).

Na mesma ordem de ideia em relação a inserção das mulheres em áreas tradicionalmente consideradas como masculinas, Feitosa diz que:

As últimas décadas denotam que o sexo feminino vem expandindo sua participação no mercado de trabalho, sendo essa participação decorrente de um conjunto de factores que passam pela queda das taxas de fecundidade da mulher e o aumento da sua escolaridade, bem como pelas mudanças ocorridas nos valores que concernem aos papéis e espaços destinados às mulheres. Essa ascendente imersão feminina em actividades remuneradas caracteriza a existência do fenómeno denominado feminização do mercado de trabalho. A expansão da participação do sexo feminino em diversificados sectores de trabalho fez com que algumas mulheres acabassem ingressando em profissões eminentemente masculinas, como nas áreas de engenharia, construção civil, condutoras, polícia (2010, p. 14).

E no que se refere a inserção da mulher na polícia, Calazans (2004), diz que o processo de inserção da mulher na polícia relaciona-se a vários aspectos: o contexto do recrutamento de mulheres situa-se em momentos de crise das forças policiais (por exemplo, deslocamento de

homens em períodos de guerra, ou com a forte deterioração da imagem pública das polícias); existência de uma cultura policial feminina, que estaria identificada e valorizaria as formas preventivas, ou seja, menos truculentas de policiamento (Calazans, 2004).

1.2. Inserção da mulher no mercado de trabalho em Moçambique

Quanto ao processo de inserção da mulher no mercado de trabalho em Moçambique ocorreu da seguinte maneira:

No que concerne ao contexto moçambicano, segundo o relatório da *Womem in development Southern Africa Awareness* (2001), o processo de inserção da mulher no mercado de trabalho dá-se a partir da época colonial, onde as mulheres negras cujos maridos deixavam as suas casas, com destino as minas de ouro na África do Sul, à procura de emprego formal, viviam do dinheiro que os seus maridos enviavam e por sua vez tornavam-se chefes de família, onde adquiriam algum poder de tomada de decisões, papel que era normalmente do homem. Assim, enquanto que a maioria dos homens não conseguia enviar dinheiro, as famílias desintegravam-se. Era comum para os homens envolverem-se em relações sexuais casuais ou meterem-se com “mulheres da cidade”, enquanto se encontravam longe das suas esposas e famílias, por longos períodos de tempo.

O relatório diz ainda que algumas mulheres abandonadas permaneceram nas zonas rurais, carregando o fardo de se responsabilizar pelas necessidades monetárias das suas famílias, enquanto que outras movimentavam-se para as zonas urbanas, a procura de emprego. E por sua vez enfrentavam discriminação no mundo dos homens, como receberem salários mais baixos e eram limitadas a trabalhar em sectores que pagavam baixos salários. Com a Proclamação da Independência a situação da mulher não foi alterada necessariamente. Pois Moçambique herdou infra-estruturas económicas portuguesas, onde a mulher era uma fonte de mão-de-obra barata.

Diligências feitas por parte do governo moçambicano com vista a criar estruturas económicas de orientação interna e mais autónomas encararam uma pressão sistemática proveniente das agências externas de desenvolvimento para reestruturar as suas economias. Este cenário de pós-independência fez com que mais mulheres se tornassem chefes de família e participassem activamente no processo de desenvolvimento económico do país. O impacto dos programas de

ajustamento estrutural a nível do agregado familiar, nas zonas rurais e urbanas, aumentou a necessidade da mulher de procurar emprego (Relatório Women in development Southern Africa Awareness, 2001).

1.3. Estudos empíricos sobre a inserção da mulher na polícia

Nesta parte do trabalho apresentamos a revisão da literatura como forma de verificar o que já foi escrito sobre o tema e por sua vez discutir as várias abordagens do mesmo. A nossa revisão está dividida em duas (2) abordagens: a primeira abordagem refere que as mulheres polícias dentro da corporação procuram reproduzir comportamentos masculinos como virilidade e a segunda defende que as mulheres constroem sua identidade com base em suas experiências particulares que trazem consigo de fora da polícia sem se deixarem influenciar pela instituição.

Começando pela primeira abordagem, onde defende-se a reprodução dos valores existentes na instituição policial. Valores esses como o embrutecimento, que são considerados pela sociedade como sendo características masculinas. Daí que a mulher ao se inserir na polícia tende a construir a sua identidade a partir desses valores existentes na instituição e que são considerados como uma cultura dentro da polícia. Este posicionamento é defendido por autores como, Cappelle e Melo (2010); Almeida e Paiva (2008); Lopes e Brasil (2010); Bezerra e Lopes (2008); Calazans (2004); Storani (2008) e Maciel (2009).

Cappelle e Melo (2010) no seu estudo “Mulheres policiais, relações de poder e de género na polícia militar de Minas Gerais” que se refere ao contexto brasileiro, defendem que com a inserção das mulheres na polícia, estas reproduzem as práticas existentes. Ou seja, elas se comportam como o activo masculino. Elas para serem avaliadas como boas profissionais, dependem de contradizer as expectativas acerca de adoptar um comportamento feminino. Procuram se comportar como heroínas, no sentido viril do termo e enfrentar bandidos e ocorrências da mesma maneira que os homens.

Para estas autoras com a entrada da mulher não se verificam grandes mudanças na polícia. Pois a postura por elas adoptada no contexto da sua actuação com suspeitos ou bandidos, elas tendem a

desenvolver uma postura mais agressiva com maior rigor, reproduzindo o modelo masculino, de uma profissão exigente, ligada a violência, força e virilidade.

Almeida e Paiva (2008) em “A construção do espaço social das mulheres nas instituições policiais” tem a mesma visão, pois para estes autores apesar das instituições policiais agregarem em seus quadros as mulheres, muitas se vêem presentes em um universo de significações que embrutece, ou seja, as torna emocionalmente mais próximas de sentimentos classificados e reconhecidos socialmente como pertencentes ao universo masculino. Por isso para que elas possam progredir na profissão precisam demonstrar autoridade, pulso firme, até mesmo, ser “muito macho”. Mas referem que com a incorporação da mulher na polícia é um evento histórico que causou uma ruptura significativa na estrutura de poder na instituição.

Lopes e Brasil (2010) em “Mulheres na polícia: Demarcação dos espaços de Comando e relações assimétricas de poder”, no Brasil, no mesmo diapasão: “muitas mulheres quer por adesão à hierarquia, às regras e aos rituais existentes, acabam reforçando o chamado ‘estilo masculino’ de comando seja para construção de uma trajetória profissional e demarcação de espaços institucionais da polícia”(2010, p. 6). Os autores apresentam a mesma ideia segundo a qual as mulheres tendem a se comportar ou adotar o estilo masculino, sendo esta uma cultura existente, por ser considerada uma profissão masculina. Mas também porque lhes permite construir uma carreira profissional, ou seja ascender a outros cargos.

Bezerra e Lopes (2008) no seu estudo “Quem são as mulheres da polícia civil?”, na mesma linha de ideia, dizem que a polícia ainda se constitui como uma instituição fechada, marcada pesadamente por uma cultura falocrática, símbolo da virilidade e da dureza, supostamente consideradas como características masculinas. Daí o facto de algumas mulheres acabarem se “masculinizando” para sobreviverem em seu interior, o que aparentemente reforça a legitima certos valores masculinos.

Os autores acrescentam ainda que nem sempre esta ”masculinização” das polícias pode ser traduzida como sinónimo de reprodução dos valores tradicionais, pois também pode significar o uso das “armas” disponíveis na própria cultura institucional para obtenção do respeito e conquista de autoridade diante dos seus pares e subordinados.

Por sua vez Calazans (2004) no seu estudo “Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã” no contexto brasileiro, diz que o processo de inserção feminina no aparelho policial militar passa por um processo de formatação, o qual podemos chamar de policização, modelo hegemónico com o qual não há uma ruptura. Assim, não se pode falar de um processo de singularização no aparelho policial. O processo de constituição de mulheres em polícias militares revela o aparelho policial como uma máquina de produção de subjectividade, impedindo qualquer forma de singularização, tanto para polícias masculinos e para polícias femininos.

A autora refere ainda que para as singularizações, existem sanções, portanto, o aparelho policial militar é um espaço que busca modos hegemónicos de ser e tem a violência como um dispositivo estratégico na constituição de homens e mulheres polícias militares.

Storani (2008) em “A vitória sobre a morte: A glória prometida” refere que durante o processo de formação, os polícias enfrentam o processo de passagem da desconstrução da individualidade e desenvolvem uma forma de consciência colectiva. Onde esta consciência de “colectividade” seria fortalecida pela submissão incondicional, de todos integrantes, criando assim uma condição de “fazer”, de “estar” e de “sofrer juntos”. Onde são inculcados o uso da violência, uso da força física e passam por situações de sofrimento. Significa que as formas de pensar e de agir, desenvolvidas no processo de formação, são reproduzidas pelos integrantes do batalhão, manifestando-se como seu *ethos*. Isto mostra que a polícia procura estabelecer um padrão único de comportamento, punindo o desvio e premiando a norma pela “não sanção”.

Maciel (2009) em “Representações sociais da violência e da identidade policiais militares por seus agentes” na mesma ordem, diz que os polícias tendem a adoptar uma identidade única, pois estes buscam proteger-se de todas as formas de destituição de valor e de poder. Mas também por outro lado os polícias tendem a adoptar comportamento único como forma de legitimação do grupo de pertencimento. Onde o indivíduo se submete as normas, criando uma identidade profissional, com a assimilação de comportamentos próprios, o cumprimento de condutas tidas como esperadas pela instituição.

A abordagem defendida por estes autores procura mostrar que as mulheres policiais, no exercício das suas actividades, elas tendem a adoptar comportamentos masculinos, como a questão do

embrutecimento, isto faz parte da cultura da própria profissão. Mas também elas ao fazerem isso, fazem com que sejam vistas como boas profissionais, para progredirem na carreira profissional e como uma forma de conseguir o respeito dos seus colegas de profissão.

Para além desta abordagem, identificamos uma segunda abordagem que defende a construção da identidade da mulher polícia numa outra perspectiva.

A segunda abordagem defende que as mulheres dentro da corporação policial tendem a se comportar de forma diferenciada em relação aos homens, ou seja, o seu comportamento é orientado em função da natureza feminina, de protecção, sensibilidade. Esta abordagem ao contrário da primeira, olha para a questão dos papéis sociais do homem e da mulher dentro da sociedade. Em que a mulher na sociedade tem papéis sociais diferentes do homem. E isto por sua vez, ao se inserir na profissão de polícia, em que a maneira de acção difere com aquilo que faz parte da sua natureza. Mas sim acaba trazendo consigo as dimensões da mulher, como mãe, protectora, sensível. Aqui encontramos as seguintes autoras: Ferreira (2012), Da Silva (2001) e Cassamo (2010).

Ferreira (2012) no seu estudo feito no Brasil, intitulado “Impacto da inserção de mulheres em ocupações consideradas masculinas: frentistas e policiais femininas de Montes Claros- MG” diz que as mulheres tendem a se comportar de forma diferenciada devido a concepção do lugar social diferenciado de homens e mulheres na sociedade. A mulher é vista como um ser carinhoso e atencioso, e suas características fazem com que a sua actuação seja diferente da do homem.

Da Silva (2001), em “o Discurso da mulher na carreira policial”, concorda com a ideia, pois diz que a mulher policial é vista e se vê como sendo diferente do homem policial. Pois dentro da corporação ela é incumbida a tarefas burocráticas, e logo a sua forma de actuação muda. Ou seja, ela é destinada a executar tarefas de policiamento, as quais pela sua natureza, tende a desempenhar o trabalho considerado feminino, de protecção de mulheres e menores, onde fazem uso das características ligadas a sua natureza, nomeadamente a graciosidade, a protecção, o papel de mãe.

Cassamo (2010) no seu estudo “Poder e género: Estudo sobre a participação de mulheres em cargos de chefia na PRM”, diz que os indivíduos não estão alheios a estrutura social na qual estão inseridos e independentemente de existirem regras e códigos de conduta, é possível

observar que os homens e mulheres no local de trabalho, reproduzem a forma como estão distribuídos os papéis na sociedade.

Neste sentido, esta autora vem ressaltar aqui a ideia de Da Silva (2010), segundo a qual a mulher é vista e se vê diferente do homem policial. Assim, ela tende a se comportar de acordo com o seu papel social, aliado a aspectos como a sensibilidade, maternidade. Neste caso o comportamento da mulher policial torna-se diferente dos seus colegas do sexo masculino.

Capítulo 2. Enquadramento teórico e conceptual

Neste capítulo trazemos e discutimos o quadro teórico ao qual recorreremos para a interpretação dos dados de campo, assim como definimos e operacionalizamos os principais conceitos que serviram de base para abordamos a realidade da construção da identidade policial por parte das mulheres inseridas nesta profissão.

2.1. Quadro teórico

Nesta secção apresentamos e discutimos a teoria escolhida para a interpretação dos dados. Recorremos a teoria da construção social da realidade de Berger e Luckmann, que tem como princípio básico a relação entre o conhecimento e a realidade para defender que esta é socialmente construída. Nesta teoria usamos os conceitos de Socialização e de identidade. Pois consideramos que os mesmos nos ajudam a explicar a construção da identidade policial das mulheres.

Segundo Berger e Luckmann (1978) a realidade social divide-se em sociedade como realidade objectiva e sociedade como realidade subjectiva. A realidade objectiva é aquela que é institucionalizada e a realidade subjectiva é aquela tal qual é apreendida na consciência individual. A socialização é o processo através do qual os indivíduos apropriam-se da realidade objectiva. Estes autores definem socialização como sendo o processo através do qual o indivíduo torna-se membro de uma sociedade. Interiorizando a realidade social, compreendendo o mundo em que vive e esse mundo tornando-se seu. E por sua vez a socialização divide-se em primária e secundária.

A socialização primária “é a primeira que o indivíduo experimenta na infância e em virtude da qual torna-se membro da sociedade”. Pois o indivíduo não nasce membro da sociedade, mas sim com a predisposição para a sociabilidade. Enquanto que a socialização secundária “é qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos sectores do mundo. É a interiorização de submundos institucionais ou baseados em instituições”(Berger e Luckmann, p. 175).

Para Berger e Luckmann a socialização primária tem em geral para o indivíduo o valor mais importante e que a estrutura básica de toda socialização secundária deve assemelhar-se à socialização secundária. Assim o indivíduo nasce numa estrutura social objectiva, onde encontra os outros significativos que se encarregam da sua socialização e a partir daí começa a tomar parte da dialéctica da sociedade.

Nesta linha, os autores referem ainda que, a socialização secundária sendo a interiorização dos submundos institucionais, dá-se com a aquisição de funções específicas, funções directa ou indirectamente com raízes na divisão do trabalho. E ela também exige a aquisição de vocabulários específicos de funções, o que significa em primeiro lugar a interiorização de campos semânticos que estruturam interpretação e condutas de rotina em uma área institucional.

Mas a socialização primária introduz o indivíduo na sociedade, fazendo com que ele faça parte da dialéctica da sociedade. E por sua vez, os submundos interiorizados na socialização secundária são parciais, em contraste com o mundo básico da socialização primária. Dito de outra maneira, a socialização primária faz com que o indivíduo se torne membro da sociedade e por sua vez a socialização secundária vai reforçar o que o indivíduo aprendeu na socialização primária.

E por sua vez, a socialização ela gera as identidades sociais. Berger e Luckmann consideram “a identidade um elemento-chave da realidade subjectiva, e como toda realidade subjectiva, encontra-se numa relação dialéctica com a sociedade, A identidade é formada por processos sociais. Uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais” (1978, p. 228).

Estes autores consideram a identidade como um produto da relação indivíduo-sociedade, pois ao mesmo tempo formada por processos sociais existentes é também produto do indivíduo que age sobre a organização social, tanto para mantê-la como para transformá-la. Porque o indivíduo toma parte da dialéctica da sociedade.

Berger e Luckmann (1978) afirmam que a identidade do indivíduo é formada não só pelos valores internalizados na socialização primária, mas também através dos processos de aprendizado e internalização contínua dos valores. Na visão dos autores, a identidade e a escolha das pessoas não ocorrem de forma determinística, pois não somos fantoches, porque podemos

interromper nossos movimentos a qualquer momento. Assim, temos a capacidade de escolher entre comportamentos de acordo com nossos valores primários e a contingência do momento. No processo de formação de identidade, o indivíduo utiliza valores que identifica durante o processo de socialização que ocorre na organização.

Significa que para estes autores a identidade é dinâmica. Pois na socialização primária o indivíduo aprende valores e normas que o ajudam a construir a sua identidade. E por outro lado na socialização secundária, quando se insere dentro de uma instituição com normas e regras específicas ele não se limita apenas a construir a sua identidade a partir dessas regras. Pois o indivíduo influencia e é influenciado pela estrutura social. Ou seja, ele influencia a instituição, construindo a sua identidade num processo de negociação, incorporando valores que trás da sua socialização primária com alguns dos valores e normas existentes na instituição.

Esta teoria torna-se útil para o nosso estudo na medida em que nos ajudou a compreender como é que a mulher polícia constrói a sua identidade de polícia dentro da corporação. Seguindo a lógica desta teoria, a mulher polícia pode construir a sua identidade de polícia através dos valores que adquire na socialização primária e de alguns valores que encontra dentro da instituição, que são da socialização secundária.

2.2. Definição e operacionalização dos conceitos

Nesta fase do trabalho dedicamo-nos a apresentação e discussão dos conceitos centrais para o nosso trabalho. Estes foram aqui definidos e operacionalizados tendo como base a contribuição de diferentes autores.

2.2.1. Identidade policial

Escolhemos o conceito de identidade policial, por ser o conceito chave para a compreensão do nosso trabalho e por fazer parte do nosso objectivo geral. Aqui apresentamos a definição de identidade na óptica de dois (2) autores, no sentido de escolher o conceito que melhor se adequa ao nosso trabalho. Temos como autores: Giddens e Dubar.

Giddens(2008) define o conceito de identidade de forma mais geral. Para ele a identidade “está relacionada com os entendimentos que as pessoas têm acerca de quem são e do que é importante para elas”. Onde esses entendimentos formam-se em função de determinados atributos que são prioritários em relação a outras fontes geradoras de sentido. Atributos esses que são: o género, a orientação sexual, a classe social, a nacionalidade ou a etnicidade.

Giddens divide a identidade em dois (2) tipos: a identidade social e a identidade pessoal. A identidade social para ele, entendem-se as características que os outros atribuem a um indivíduo, isto é, características que indicam quem essa pessoa é. Ao mesmo tempo posicionam essa pessoa em relação a outros indivíduos com quem partilha os mesmos atributos. Assim, as identidades sociais implicam, uma dimensão colectiva, estabelecendo as formas pelas quais os indivíduos se assemelham uns aos outros.

A identidade pessoal ao contrário da social, distingue-os enquanto indivíduos. Diz respeito ao processo de desenvolvimento pessoal através do qual formulamos uma noção intrínseca de nós próprios e do relacionamento com o mundo à nossa volta. Portanto, a identidade pessoal refere-se a aquilo que achamos que somos, a ideia que construímos sobre nós mesmos em relação a como achamos que os outros nos vêem.

Ao analisarmos estes dois conceitos de identidade de Giddens, podemos constatar que para ele essas duas formas de identidade mesmo sendo analiticamente distintas, elas estão intimamente relacionadas. Significa que o processo de construção da identidade do indivíduo, ocorre numa articulação entre aquilo que os outros dizem que o indivíduo é e das características que ele si atribui a si mesmo, isto é, aquilo que ele acha que é.

Por outro lado, encontramos Dubar (1997) que também discute o conceito de identidade. Este autor define o conceito de identidade através de uma dualidade: a identidade para si e a identidade para o outro. Identidade para si, corresponde à história que os indivíduos contam daquilo que são, ou seja, como eles olham para si mesmos. E a identidade para o outro, refere-se à aquilo que os outros pensam que um indivíduo é.

A identidade para si é marcada por actos e pertença, por uma transacção subjectiva entre as identidades herdadas e identidades visadas, por processos ou de reprodução/ continuidades ou de produção/ ruptura; e a identidade para o outro corresponde a identidade virtualmente marcada por actos de atribuição, através de uma transacção objectiva entre identidades atribuídas/ propostas e identidades assumidas/ incorporadas por processos de cooperação/ reconhecimento ou de conflito/ não reconhecimento.

E por sua vez estas duas identidades são inseparáveis e estão ligadas de uma forma problemática. Inseparáveis porque a identidade para si é correlativa do outro e do seu conhecimento, isto é, eu só sei quem sou através do olhar do outro. E problemáticas, porque a experiência do outro nunca é directamente vivida por si. Assim, a identidade nunca é dada, é sempre construída e reconstruída numa incerteza maior ou menor e mais ou menos durável.

Para Dubar a identidade social, se constrói na relação que cada um estabelece com os outros, no sentido de pertença e de referência ao ou aos grupos em que nos integramos ou desejamos integrar. Neste caso consideramos a identidade policial também como sendo a identidade social ou profissional, uma vez que refere-se a um conjunto de relações construídas dentro de um grupo. Ou seja, neste estudo ao falarmos de identidade profissional ou identidade social de Dubar, estaremos a nos referir de identidade policial.

Este autor, define a identidade profissional como a articulação entre a transacção “interna” do actor e uma transacção “externa” entre o actor, os grupos e o contexto profissional com os quais

o actor entra em interacção. É constituída por um conjunto de relações de trabalho que cada um de nós vai estabelecendo ao longo da vida de adulto, inserindo-se num espaço profissional pelas representações sociais, pelas representações de si e pela articulação entre as várias transacções e a biografia de cada um.

Assim a identidade social, “ela não é transmitida por uma geração à seguinte, ela é construída por cada geração com base em categorias e posições herdadas da geração precedente, mas também através das estratégias identitárias desenroladas nas instituições que os indivíduos atravessam e para cuja transformação real elas contribuem”(Dubar, 1997:118).

A identidade “não é mais do que o resultado simultaneamente estável e provisório, individual e colectivo, subjectivo e objectivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, em conjunto constroem indivíduos e definem instituições” (Dubar, 1997:105). Constroem-se no processo identitário biográfico e no processo identitário relacional.

Dubar aqui na sua definição mostra que a identidade profissional é uma parte que poderá ser entendida como a identidade colectiva que implica a aspiração a uma identidade pelo menos parcialmente construída no seio de um grupo. Consideramos este ser o conceito no qual melhor nos ajuda a explicar a realidade que nós pretendemos.

Nos ajudou a compreender a construção da identidade de polícia pelas mulheres, na medida em que para Dubar a identidade social ela é construída nas várias instituições nas quais o indivíduo passa. Neste caso dentro da corporação policial, a mulher já vem construindo a sua identidade desde a socialização que ela vem adquirindo ao longo dos tempos passados. Assim, ela ao longo da sua vida passa por vários processos de socialização que permitem que possa construir a sua identidade.

Significa que existe uma negociação constante do indivíduo com o mundo que o rodeia, ajudando-o a criar e moldar a sua noção de identidade. Neste caso, ao mesmo tempo que elas incorporam as normas e valores da polícia, também participam da construção da realidade social pois é no quotidiano e nas relações sociais com os seus colegas e as várias situações da profissão que constroem a sua identidade.

Capítulo 3. Metodologia

Neste capítulo apresentamos a metodologia usada para a realização de todo o trabalho desde a sua fase inicial até o seu término. Deste modo, falando de todo o trabalho é de afirmar que optamos por uma abordagem qualitativa que possibilitou-nos abordar a nossa realidade sob ponto de vista dos significados construídos e atribuídos pelos actores as suas próprias acções, assim como sob ponto de vista da forma como eles percebem o contexto dentro do qual se encontram inseridos. Como esta abordagem consideramos a influência do contexto na forma como os actores sociais, neste caso específico, as mulheres polícias, vivenciam as suas próprias experiências dentro da instituição policial.

Sob ponto de vista do método central, adoptamos igualmente o método qualitativo. De acordo com Goldenberg (2004), o método qualitativo é apropriado para estudos que pretendem conceber a realidade sob ponto de vista dos próprios actores sociais na medida em que permite atingir uma determinada profundidade da realidade. Com este método foi-nos possível aferir a forma como as mulheres concebem a profissão de polícia, assim como interpretam os valores e normas transmitidos e impostos dentro da instituição policial.

Assim, o recurso a abordagem e método qualitativo foi condicionado pelo quadro construtivista que adoptamos, estes, conjuntamente, condicionaram a escolha dos métodos de abordagem, de procedimento, a técnica de recolha dos dados, assim como a definição da amostra. Ora vejamos:

Consequentemente, como método de abordagem recorreremos ao dialéctico. Este está em comunhão com a teoria da construção da realidade de Berger e Luckmann (1978), onde propõem-se que a realidade social caracteriza-se pelo encontro antagónico entre os indivíduos e a estrutura social. Neste mesmo sentido aplicamos este método para abordarmos o nosso objecto de estudo, isto é, olhamos para a construção da identidade policial como o encontro antagónico entre a subjectividade que as mulheres transportam consigo de outros espaços dos quais têm participado e a estrutura da instituição policial na qual encontram-se os valores, normas e princípios que têm como função a construção do polícia

De um modo geral, o método dialéctico, de acordo com Marconi e Lakatos (2009), penetra o mundo dos fenómenos através de sua acção recíproca, da contradição inerente ao fenómeno e da

mudança dialéctica que ocorre na natureza e na sociedade. Este método permitiu-nos evitar um duplo reducionismo: de assumir que a identidade policial da mulher é construída pela simples reprodução das estruturas objectivas da instituição policial e de considerar que as mulheres constroem a sua identidade a partir de suas experiências pessoais e seus interesses sem sofrer nenhum constrangimento da estrutura da instituição policial.

Quanto ao método de procedimento recorreremos ao monográfico. De acordo com Gil (2007), consiste em estudar de forma profunda alguns poucos casos ou mesmo um caso de forma profunda de modo a atingir um nível que permita fazer de exemplo para outros casos não analisados. Associados a método qualitativo, o monográfico permitiu-nos explorar de forma profunda alguns poucos casos de polícias mulheres de modo a assumir como representativos de casos não explorados.

Deste modo, sem querer generalizar – que não é pretensão nossa – podemos assumir que a forma como as mulheres dos casos analisados e compreendidos neste estudo constroem a sua identidade policial pode representar ou reflectir a forma como outras mulheres constroem sua identidade, sendo que, num caso podem tender a estar mais ligadas a estrutura da instituição policial e noutros, mais para suas próprias experiências subjectivas. Não queremos acreditar que possamos encontrar, mesmo explorando outros casos de outras esquadras policiais, mulheres que deixam-se integrar totalmente pelos valores e normas policiais ou mesmo que se baseiam inteiramente nas suas experiências pessoais fora desta instituição.

Para a recolha de dados recorreremos, recorreremos a entrevista em profundidade semi-estruturada. Marconi (2001) afirma que na entrevista semi-estruturada consiste em o entrevistador partir de um conjunto de perguntas anteriormente definidas a serem aplicadas a todos os entrevistados sem nenhuma discriminação mas reservando para si o direito de intervir ao longo da entrevista, fazendo novas perguntas dependendo das respostas que vão sendo facultadas ao longo da entrevista.

A entrevista foi uma técnica que nos permitiu reservar para as mulheres entrevistadas um espaço de livre expressão para que pudessem descrever as suas experiências. Assim, foi-nos útil porque fez com que muita informação relevante não antes prevista fosse devidamente explorada ao longo das entrevistas na medida em que as mulheres falavam do seu contacto com a profissão de

polícia, do exercício de suas actividades, como da sua situação dentro da instituição, entre outros aspectos que trazemos na análise e interpretação dos dados.

A recolha de dados no trabalho foi realizada durante o período de 2 de Novembro a 10 de Dezembro de 2014, o que implica que teve uma duração 39 dias. As entrevistas foram realizadas nas próprias esquadras em lugares organizados pelas próprias entrevistadas. Não oferecemos nenhuma objecção considerando a necessidade destas se sentirem a vontade e o facto de ter sido difícil ter acesso a elas. De uma forma geral, as entrevistas tinham em média uma duração de meia hora cada e eram realizadas em horas normais de trabalho, facto que não influenciou na entrevista, uma vez que tínhamos combinado com as polícias.

No que diz respeito a população e amostra consideramos apenas mulheres polícias que trabalham na polícia de Moçambique, especificamente nas esquadras da cidade de Maputo. De modo a operacionalizar o nosso estudo trabalhamos com mulheres da 1ª e 6ª Esquadras da cidade de Maputo. Trabalhamos com estas duas esquadras por indicação de pessoas que mostraram-se dispostas a ajudar-nos a localizar mulheres polícias. Compreendemos que o facto de ter trabalhado em esquadras por indicação de outrem e não por escolha criteriosa nossa não afectou a qualidade dos dados e nem os objectivos do trabalho, pois o nosso interesse sempre esteve focado em simplesmente retratar a construção de identidade em mulheres na profissão de polícia independente da esquadra na qual estão vinculadas.

Assim, foi nestas duas esquadras onde conseguimos encontrar mulheres que mostraram-se dispostas a participar dos estudos. Embora tenhamos requerido junto de instâncias competentes por meios de uma credencial, os dados estatísticos que poderiam dar-nos uma ideia sobre o total de mulheres empregadas nas duas esquadras nos foram rejeitados pela alegação da sua indisponibilidade.

Não obstante, tratando-se de um estudo qualitativo, que não exigem uma representatividade numérica, delimitamos uma amostra de 10 mulheres polícias. Estas foram identificadas e seleccionadas de acordo com a amostragem por acessibilidade ou conveniência. Onde recorremos a alguns polícias das duas esquadras anteriormente apontadas para que nos facilitassem o contacto de algumas mulheres colegas suas de profissão. Em função deste procedimento, só pudemos entrevistar aquelas polícias que, tendo alegado que elas nos foram

indicadas por um colega, mostraram-se disponíveis para responder ao guião, ou seja, entrevistamos mulheres a quem tivemos acesso.

É neste sentido que afirmamos que recorremos ao critério por convencionalidade que, de acordo com Gil (2007), consiste em o investigador seleccionar apenas aqueles elementos a quem tem acesso. Assim, só foi-nos possível entrevistar aquelas polícias a quem tivemos acesso nas esquadras onde desenvolvemos o nosso trabalho de campo. Esta amostragem facilitou-nos o trabalho de campo e possibilitou-nos a superação de alguns obstáculos que foram-nos impostos, como a não concessão do aval.

3. Constrangimentos do estudo

Ao longo do nosso estudo enfrentamos um conjunto de constrangimentos. O primeiro constrangimento com o qual deparamo-nos está ligado a literatura disponível sobre a construção da identidade de polícia por parte da mulher. Verificamos que não existem em Moçambique estudos que exploram a realidade da mulher sob ponto de vista da construção de sua identidade na instituição policial. Para não limitarmos o nosso trabalho recorremos a literatura internacional, com especial enfoque para a brasileira, limitando-nos a estudos mais recentes no que diz respeito ao tempo de sobrevivência.

Ao longo do trabalho de campo encontramos também alguns constrangimentos. O segundo constrangimento do nosso estudo foi o processo de aceitação das entrevistas. Não obstante estarmos providos de uma credencial da Universidade Eduardo Mondlane, os responsáveis das esquadras alegavam que as credenciais não eram suficientes para sermos aceites, sendo necessário pedir autorização ao Comando da Cidade de Maputo.

Neste sentido, fizemos o recomendado pedido, contudo, foi-nos dito que não eram a instância competente para conceder a autorização, pelo que tínhamos que fazê-lo no comando Geral da PRM. Tendo feito nesta última instância, deparamo-nos com a demora para que fossemos autorizados. Tendo permanecido três semanas a espera, recorremos, como alternativa, a redes de amigos dentro da polícia moçambicana, onde encontramos pessoas que nos ajudaram a realizar as entrevistas.

Ainda assim, passamos por um terceiro constrangimento. Tendo contactados as respectivas esquadras indicadas, foi difícil para as mulheres contactadas, cederem tempo para entrevistas alegando ocupação profissional. Porém, tendo explicado a natureza e emergência do trabalho, acordamos em realizar as entrevistas ao longo do período do almoço.

Há ainda por considerar que o facto de não termos dito a possibilidade de ter acesso aos dados estatísticos referentes ao número total de mulheres na profissão de polícia a nível nacional, da província e cidade de Maputo, como das esquadras onde desenvolvermos o trabalho, dificultou a contextualização do nosso objecto de estudo.

Capítulo 4. Apresentação, análise, interpretação e discussão dos dados

Neste capítulo do trabalho procedemos com a apresentação da análise, interpretação e discussão dos dados de campo, obtidos junto das polícias entrevistadas. Os dados aqui discutidos reflectem a satisfação dos objectivos do trabalho pelo que a sua organização segue a sequência destes mesmos objectivos. Nesta ordem de ideias, sistematizamos em quatro subcapítulo, sendo que no primeiro trazemos o perfil sócio-demográfico, no segundo a ocupação de cargos por parte das entrevistadas na instituição policial, no terceiro o exercício quotidiano da actividade de polícia e no quarto os valores interiorizados para a construção da identidade de polícia-mulher.

4.1. Perfil sócio-demográfico das polícias

Começamos, como afirmamos anteriormente, com os dados referentes ao perfil sócio-demográfico das polícias entrevistadas. Para o efeito recorremos as seguintes variáveis: idade, nível de escolaridade, residência, estado civil, formação profissional e o tempo de trabalho como polícia. Na tabela seguinte sintetizamos o perfil sócio-demográfico das nossas entrevistadas:

	Idade	Nível de escolaridade	de Residência	Estado civil	Formação profissional	Tempo de trabalho
E₁	27 anos	12 ^a classe	Ka Maxaquene	Solteira	Curso básico	5 anos
E₂	28 anos	12 ^a classe	Matola	Solteira	Curso básico	7 aos
E₃	33 anos	12 ^a classe	Tsalala	Casada	Nível básico	10 anos
E₄	25 anos	12 ^a classe	Hulene	Solteira	Nível médio	4 anos
E₅	29 anos	12 ^a classe	Georg Dimitrov	Solteira	Nível médio	4 anos
E₆	33 anos	Nível médio	Xipamanine	Solteira	Curso básico	4 anos
E₇	30 anos	Nível médio	Infulene	Solteira	Curso básica	7 anos
E₈	34 anos	12 ^a classe	Hulene	Solteira	Curso básica	10 anos
E₉	45 anos	Nível superior	Magoanine CMC	Casada	Curso superior	15 anos
E¹⁰	25 anos	12 ^a classe	Matola D	Solteiro	Polícia	4 anos

Dados sócio-demográficos das polícias entrevistadas

A partir da tabela seguinte, observarmos que num total de 10 polícias, sob ponto de vista da divisão etária universal, podemos destacar duas categorias etárias, a de jovem e adulto. No grupo dos jovens constatamos que a idade de 33 anos é apresentada, num total de 9, por 3 entrevistadas, e as idades de 25 anos, 29 anos, 30 anos, 28 anos, 34 anos, 27 anos, são apresentadas por uma e única entrevistada cada. Deste modo, podemos observar que só uma entrevistada é que encontra-se na faixa etária de adulta com 45 anos de idade.

As idades estão ligadas ao nível de escolaridade, uma vez que, todos os jovens apresentam apenas a 12^a classe concluída e a única adulta é que apresenta o nível superior. O mesmo podemos observar quanto a formação profissional no geral, uma vez que, todas as jovens só têm formação em cursos básicos na área policial e a única adulta tem a sua formação em curso superior. Quanto as residências, só duas entrevistadas é que residem no mesmo bairro, o da Matola. As restantes residem cada uma no seu bairro, que são Tsalala, Hulene, Georg Dimitrov, Xipamanine, Infulene, Hulene, Malhangalene e Magoanine.

No que tange a variável estado civil, identificamos apenas duas categorias, a categoria de casada representa por 2 entrevistadas e a de solteira representada por uma maioria de 8 polícias. O tempo de trabalho como polícia apresenta uma certa variação. O mínimo é de 4 anos representado por 4 polícia, seguido o de 5 anos representado por uma polícia, 7 anos representado por duas polícias, e 10 e 15 anos representados por 2 e 1 polícias, respectivamente.

A partir destes dados referentes ao perfil sócio-demográfico, podemos observar que a nossa amostra apresenta uma certa aproximação quando ao nível de escolaridade, formação profissional e estado civil, apresentando pouca diversidade. Já, quanto as idades, local de residência e tempo de integração na profissão de polícia, os dados apresentam uma certa diversificação sendo que cada polícia apresenta sua própria característica. Só nalguns casos é que verificamos partilha de características entre 2, 3 ou 4 policiais.

4.2. Mulher nos cargos de chefia na polícia

Nesta parte procedemos com a apresentação de discussão dos dados referentes aos cargos ocupados pelas mulheres, assim como a sua progressão dentro da instituição policial. A

compreensão da ocupação de cargos é relevante no estudo das identidades, uma vez que, implica o desempenho de papéis sociais definidos no âmbito do organograma da instituição policial.

De acordo com os dados, apenas duas polícias entrevistadas ocupam posições de chefia dentro da polícia, que são a de chefe de gabinete e chefe de secretaria, sendo que as mesmas fazem parte da categoria de Cabo. As restantes entrevistadas encontram-se na posição mais baixa da nomenclatura policial em Moçambique, a de guarda, pelo que afirmaram que não ocupam nenhum cargo dentro da instituição laboral a qual se encontram vinculadas.

Os cargos ocupados anteriormente indicados, são cargos de poder dentro da polícia, uma vez que, as suas ocupantes dispõem de subordinados a quem podem ordenar e impor algumas decisões, pois gozam de alguma autoridade. Entendamos autoridade como a legitimidade de alguém de dominar os outros e, neste caso tratasse de uma dominação legal nos termos weberianos.

Neste sentido, procuramos saber das polícias entrevistadas os constrangimentos enfrentados na ocupação destes cargos pelo facto de serem mulheres, pelo que foi-nos possível identificar dois posicionamentos: um dos quais que afirma ser normal e outro que afirma ser difícil. Para já nos ocuparemos da primeira categoria, cujo depoimento representativo apresentamos nas próximas linhas:

“É um trabalho normal, e é só cumprir com as regras e fazer com que outros também cumpram com as regras que são impostas” (25 anos de idade, Chefe de gabinete)

Este depoimento reflecte duas dimensões da realidade vivenciada por mulheres no seu sector de trabalho desde que tornou-se possível a sua integração no mercado de trabalho. Verificamos que a entrevistada compreende que a ocupação da posição de chefe de gabinete não tem sido nenhum problema para ela, basta que procure cumprir com as normas e procure fazer cumprir estas mesmas normas. Deste modo, as mulheres nestas condições pautam pela interiorização das normas institucionais implicadas pela posição por elas ocupadas.

Assim, podemos verificar que esta mulher encontra no sistema normativo interno uma base a partir da qual pode fazer valer o poder que lhe é conferido pelo cargo que ocupa.¹ Este sentido de cumprimento da burocracia interna e de submissão aos superiores é imposto especificamente para a instituição policial, pois trata-se de uma estrutura na qual as posições hierárquicas determinam as relações de mando e obediência e procura-se garantir o cumprimento destes princípios desde a formação no centro policial.

Assim, vemos que esta mulher pauta pela interiorização efectiva, pelo menos no local de trabalho, dos princípios implicados pelo cargo ocupado na polícia. De acordo com Berger e Luckmann (1978), este é o momento de interiorização e subjectivação das mulheres, na medida em que estas interiorizam os princípios da instituição policial e procuram garantir a sua aplicação ao longo da sua actividade profissional quotidiana. Deste modo, podemos afirmar que a normalidade alegada tem como base o facto de a entrevistada encontrar cumprimento por parte dos seus subordinados.

A mesma ideia da validade e aplicação efectiva dos princípios institucionais é apresentada quanto a progressão dentro da polícia. A mesma entrevistada refere que “*Não há diferença na progressão entre homem e mulher porque o critério de progressão é o mesmo para ambos os sexos*”. Não obstante alguns autores², apontarem que a presença da mulher no mercado de trabalho é marcada pela diferença de tratamento quanto as oportunidades de progressão internamente apesar da existência de um conjunto de regulamentos com base nos quais reconhece-se a igualdade entre homens e mulheres, a realidade que incidimos sob a perspectiva das entrevistadas revela uma compreensão de que esta igualdade de oportunidade ocorre efectivamente.

A realidade é construída a partir de um estoque de conhecimento que os indivíduos acumulam ao longo e com base nas experiências vivenciadas em diferentes espaços sociais. Não sendo, homogéneo (Schutz, 1979), o estoque de conhecimento leva a diferentes interpretações de uma mesma realidade por parte de diferentes actores sociais, pelo que podemos compreender o facto

¹ Quelhas (2010) constatou-se, no seu estudo, que as mulheres que ocupam cargos de poder recorrem as ferramentas administrativas para se impor dentro da instituição dentro da qual encontram-se a trabalhar. Esta estratégia é funcional em instituições burocráticas nas quais o princípio de submissão aos superiores é efectivamente cumprido.

² Ver Miranda et al (2011).

de uma outra polícia entrevistada conceber a ocupação de um cargo de chefia dentro da polícia como sendo difícil.

Como fizemos referência no início deste subcapítulo, a segunda categoria quanto a forma como olham para a ocupação de cargo de chefia dentro da polícia (falamos de mulheres que ocupam estes cargos), é constituída por aquela interlocutora que afirmou ser difícil, como podemos observar com base no depoimento que apresentamos a seguir:

“Sendo mulher, é difícil ocupar um cargo destes, pois não acredita-se muito nas capacidades das mulheres e muitos não respeitam por ser mulher” (45 anos de idade, chefe da secretária)

O ser mulher é apontado, pela nossa interlocutora, como um factor que torna difícil a ocupação de cargo de chefia dentro da polícia. Nesta justificativa dois elementos são destacados. Primeiro é o simples facto de ser mulher e o segundo é alegação da incapacidade das mulheres. Ocorrendo a realidade da forma como percebe esta polícia, torna-se aceitável afirmamos que as relações entre homens e mulheres dentro do mercado de trabalho não são conduzidas pelos princípios institucionais, mas sim pelas representações que cada um tem sobre o outro. Neste caso específico, pelas representações que os homens têm sobre a mulher.

A alegação da nossa entrevistada é corroborada por muitos estudos que exploram as relações de poder entre homem e mulher no mercado de trabalho em diferentes contextos. Por exemplo, no contexto brasileiro, Miranda et al (2011) afirma que apesar de encontrarmos mulheres nos diferentes cargos dentro das instituições laborais, encontramos ainda muitas delas passando por constrangimentos pela falta de legitimação do trabalho feminino. No contexto português, Nogueira (2006), apontada para o facto de as mulheres enfrentarem muitas dificuldades em manter as posições de liderança ou chefia devido as relações de desigualdade.

Nesta ordem de ideias, a dificuldade apontada pelos nossos dados não constitui uma questão apenas da instituição policial, mas sim uma realidade enfrentada por diferentes mulheres no mercado de trabalho. Contudo, evitando generalizar sem dados para os efeitos, interessa-nos afirmar que o ser mulher, para o caso da polícia chefe da secretaria, é uma condição que não facilita a sua actividade laboral.

Esta dificuldade estende para o processo de progressão. Do mesmo modo que no caso da primeira interlocutora a identificação da normalidade da ocupação do cargo de chefia levou a percepção da igualdade entre homem e mulher na progressão, no caso desta em análise a dificuldade de ocupação de cargo de chefia conduziu a percepção da existência de desigualdade na aplicação de critério de progressão entre homem e mulher dentro da instituição policial. Contudo, neste ponto encontram-se outras interlocutoras que não ocupando cargos de chefias identificam estas desigualdades.

Podemos, de seguida, atentar para alguns depoimentos das entrevistadas que compreendem que as oportunidades de progressão na carreira policial não são iguais para homens e mulheres, como podemos observar nos depoimentos seguintes:

“Existe uma ligeira diferença na progressão, pois é mais fácil um homem progredir do que uma mulher, acham que não somos capazes” (45 anos de idade, chefe da secretária)

“Em relação a progressão na carreira entre homens e mulheres, depende do sítio onde a pessoa esteja a trabalhar. Sempre privilegiam os homens por mais que a mulher tenha o mesmo nível. Dão prioridade aos homens” (33 anos de idade, cabo)

A falta de oferta equitativa de oportunidade de progressão nas posições no mercado de trabalho continua sendo uma realidade apontada na literatura sobre a mulher neste espaço. Ascender a postos de alto nível é muito mais fácil para os homens do que para as mulheres, mesmos quando estas estão bem preparadas do que eles (Nogueira, 2006). Dados desta pesquisa desenvolvida no contexto português revelam que o número de mulheres decresce progressivamente conforme ascende-se aos mais altos níveis.

Os dados da nossa pesquisa, embora não tenham feito um levantamento estatístico das mulheres dentro da instituição policial, julgando pelo número de mulheres que encontramos nas posições de chefia e as que encontramos na posição de subordinadas na qualidade simples de guarda, conduzem a reconhecer a validade das observações dessa pesquisa feita no contexto brasileiro para a nossa realidade. De recordar que maior parte das polícias da nossa amostra (8 entrevistadas) afirma que nunca foi promovida independentemente dos anos de trabalho e do facto de ter visto colegas seus, na mesma condição académica e de tempo de trabalho, a serem promovidos.

Para as polícias que ainda não tinham sido promovidas, o factor género é preponderante para que encontrem-se nesta situação. Vejamos os seguintes depoimentos:

“Não é fácil ocupar algum cargo na polícia sendo mulher, porque dão mais prioridade aos homens. Acham que nós mulheres não temos competências” (33 anos de idade, Cabo)

“Não é fácil ocupar algum cargo sendo mulher, é preciso que tenha um padrinho, alguém que possa movimentar o teu processo até chegares a ocupar algum cargo” (29 anos de idade, Guarda)

A percepção destas mulheres é de que o facto de não serem promovidas deve-se a sua condição de mulher que é não valorizada e, em contrapartida, a valorização dos homens. Diante desta situação, as entrevistadas são levadas a recorrer a outras alternativas como a activação das redes de influência para que possam ser promovidas. Apesar de encontramos um número cada vez crescente de mulheres no mercado de trabalho, não é suficiente para que afirmemos estar diante da igualdade de género.³

Não querendo reproduzir este discurso como verdade inquestionável por não dispormos de dados sobre o processo de promoção de carreira, compreende-se que a sua relevância reside no facto de as polícias terem esta percepção sobre a sua condição dentro do seu sector de trabalho, pois, como afirmam Berger e Luckmann (1978), é com base no conhecimento que os indivíduos possuem e nas representações sociais que constroem sobre a realidade que orientam as suas acções quotidianas. Deste modo, é em função desta percepção que as polícias podem escolher agir desta ou daquela maneira.

Ainda que as mulheres não estejam a ter as mesmas oportunidades de promoção em comparação com os homens, não podemos deixar de reconhecer, como mostram os dados, a presença de mulheres em posições de poder onde chegaram por mérito e pelo reconhecimento de suas competências e capacidades. Até porque mesmo as mulheres que ainda não foram promovidas reconhecem a possibilidade de progredir por mérito próprio. É o que podemos constatar nas palavras de uma das entrevistadas ao afirmar que “*é fácil ocupar algum cargo de chefia na*

³ Dias (2012) afirma, no seu estudo "Desigualdade de género no mercado de trabalho português – a satisfação laboral enquanto possível indicador", que a entrada da mulher no mercado de trabalho é apenas um ponto de partida para a igualdade de oportunidade porque esta ainda esta sujeita a submissão e a falta de oportunidade.

polícia sendo mulher porque apenas dependo do desempenho de cada um. Nós temos mulheres em posições de chefia”.

Assim, vimos neste subcapítulo que as mulheres encontram-se integradas profissionalmente numa instituição social dentro da qual ocupam posições específicas e avaliam a sua carreira em função das experiências quotidianas. Pelo que, observamos que algumas reconhecem e concebem a sua posição de chefe como normal e sem nenhum constrangimento por se fazer valer dos princípios reguladores das relações internas e outras afirmam que a sua condição de mulher implica a existência de dificuldades e limitações quanto a ocupação da posição e progressão na carreira, respectivamente.

4.3. Exercício da profissão de polícia

Neste subcapítulo procedemos com a apresentação da análise e interpretação dos dados referentes ao exercício prático quotidiano da profissão de polícia por parte das interlocutoras. Se antes aferimos as posições ocupadas, agora vamos aferir o desempenho do papel de polícia.

Partindo do princípio de que o desempenho de um papel tem como base o conhecimento, seja tácito ou profundo, que os actores sociais têm sobre esse papel, procuramos, como ponto de partida analisar a concepção de polícia que as nossas interlocutoras possuem. De acordo com os dados foi-nos possível identificar três categorias de concepções de polícia: (1) polícia como o agente da manutenção da ordem e tranquilidade pública; (2) polícia como uma profissão desvalorizada; e, (3) polícia como uma profissão pesada.

Os três depoimentos que apresentamos a seguir representam respectivamente cada uma das três categorias identificadas anteriormente, se não vejamos:

“Ser polícia para mim significa ser aquela pessoa que mantém a ordem e segurança públicas” (33 anos de idade, Cabo de polícia)

“Ser polícia é complicado, orgulho-me da profissão por dentro, mas por fora não. Porque as pessoas falam mal dessa profissão” (29 anos de idade, Guarda policial)

“Ser policial para mim é um desafio muito grande. Não é fácil fazer noites sendo mulher, com muitas preocupações familiares, é muito complicado” (25 anos de idade, Guarda policial)

A partir destes três depoimentos podemos desenhar dois quadros quanto a concepção de polícias. Um no qual a concepção de polícia não conduz nenhuma diferenciação entre homens e mulheres e outra no qual podemos observar uma diferença entre a situação dentre homens e mulheres. Falando da primeira situação (quadro), o primeiro depoimento reflecte uma construção realizada a partir da interiorização do conhecimento que se encontra objectivado na instituição policial. Ou melhor, de uma forma geral, a polícia é concebida como um mecanismo de controlo social com base no qual busca-se garantir a ordem e a segurança pública.

De acordo com Souza e De Moraes (2011) desde os primórdios da sua concepção, a polícia é concebida como uma instituição que tem como papel garantir a ordem pública e a segurança dentro das sociedades. É neste sentido que compreendemos que esta concepção de polícia, não revela uma diferenciação entre homens e mulheres, pelo contrário, reflecte que a mulher constrói o tipo ideal de polícia a partir do que está objectivamente estabelecido.

Seguindo a lógica de Berger e Luckmann (1978), a exteriorização desta concepção demonstra que as mulheres passaram por um processo de socialização secundária. Sendo a polícia uma profissão que passa por um processo de formação (no Centro de Formação de Matalane para o caso de Moçambique), as polícias são socializados de modo a os preparar para poder ocupar posições, desempenhar funções e exercer sua actividade.

Já no segundo depoimento, ainda dentro do primeiro quadro dos dois que descrevemos anteriormente, podemos constatar que a concepção de polícia tem como base a relação entre uma realidade interna a instituição de polícia e uma realidade externa a esta. Com isto, estamos querendo afirmar que a entrevistada tem de um lado uma concepção de polícia com base na qual se orgulha e, do outro lado, outra concepção da qual se sente envergonhada, o que torna compreensível que afirma ser uma profissão complicada.

Comentemos um pouco a visão que a interlocutora afirma que a sociedade tem da sua profissão. De acordo com Filho (1998), não é um fenómeno novo a ideia negativa que os cidadãos constroem sobre os policiais. Os cidadãos tendem a assumir a polícia como seu inimigo

desvalorizando sua profissão por estes serem violentos, serem manipulados pelos políticos ou mesmo por compactuarem com os criminosos. Não estamos com esta citação querendo defender que o mesmo ocorre na nossa realidade pois seria importante captar as representações que as populações têm sobre a polícia, o que não cabe nas linhas que nos propusemos a ocupar com a realização deste trabalho.

Estamos apenas a demonstrar o contexto dentro do qual a nossa entrevistada constrói a ideia da desvalorização da polícia. Recorrendo a Berger e Luckmann (1978), podemos afirmar que o termo “complicado” reflecte um encontro dialéctico entre a subjectividade da entrevistada e o contexto objectivado da sociedade, no geral. Este conhecimento insere-se no quadro da indiferenciação entre o homem e mulher na medida em que não é uma questão que tenha a ver com o ser homem ou mulher, mas é uma realidade que se impõe a própria profissão de polícia, pois se a sociedade desvaloriza a polícia considera o todo e não apenas alguns polícias.

No segundo quadro dos dois que descrevemos na introdução deste subcapítulo, no qual afirmamos a existência de uma diferença do ser polícia em função do ser homem ou mulher, observamos, a partir do terceiro depoimento dos três anteriormente apresentados, que a profissão de polícia é vista como um desafio para as mulheres, uma vez que, o desempenho do papel implica um sacrifício, principalmente no que tange ao cumprimento do turno da noite.

O que está em causa é o desempenho da profissão da polícia enquanto o ser mulher implica, simultaneamente ser polícia e ser dona de casa, ou seja, especificamente, cuidar da família. Esta realidade reflecte um conflito de papéis. Berger e Luckmann (1978) afirmam que o facto de os actores sociais poderem participar de diferentes espaços simultaneamente faz com que tenham que interiorizar valores e normas, desempenhar funções e exercer actividades que possam ser contraditórias, não podendo assim construir uma subjectividade fixa. Podemos neste ponto, resgatar a perspectiva de Hall (2006) quando fala do sujeito pós-moderno que apresenta uma identidade nada fixa, ou melhor, uma identidade que está constantemente a mudar em função da mudança dos espaços.

A situação da mulher polícia pode reflectir esta situação, na medida em que o ser polícia e dona de casa em simultâneo implica o encontro entre o desempenho de papéis do espaço público e do espaço privado embora estes espaços estejam a se diluir como afirma Arendt (2000). Até porque

Nogueira (2006) já tinha afirmado que com a entrada da mulher no mercado de trabalho esta passou a sofrer uma dupla jornada, visto que, em muitos casos as relações de poder dentro da família e a divisão de papéis com base nas relações de género não sofrem muitas alterações com esta nova realidade.⁴

É neste sentido que a polícia é construída como uma profissão complicada. Sublinhando o termo “complicado”, podemos verificar que ganha diferentes significados nos primeiro e segundo depoimentos. No primeiro caso refere-se ao encontro dialéctico entre o orgulho pela profissão e desvalorização da mesma, no segundo reflecte o encontro dialéctico entre o papel de polícia e o papel de mulher cuidadora da família. É com base neste último caso que afirma que a concepção da polícia em causa reflecte especialmente a posição de polícia-mulher.

Depois desta introdução desta secção na qual discutimos as concepções de polícia, nos referimos a seguir ao desempenho quotidiano da profissão da polícia. De acordo com os dados obtidos no campo, foi-nos possível construir duas categorias referentes ao desempenho da actividade, que são: uma actividade com base no respeito e na evitação da violência e uma actividade baseada numa postura de personalidade policial. Olhemos a seguir para cada uma destas categorias.

Na categoria do *desempenho com base no respeito e evitar a violência* incluímos todas aquelas polícias que afirmam que ao longo do desempenho quotidiano da sua actividade procuram ter como base os princípios de respeito para com os cidadãos, evitando, a todo o custo, o recurso a violência. Os dois depoimentos que apresentamos a seguir reflectem este posicionamento por parte de algumas interlocutoras, como podemos aferir”

“Como uma boa policial primeiro, procuro ter um bom comportamento e respeito com os cidadãos, não ser violenta com as pessoas e quando falarem do mau comportamento dos polícias também evito ser violenta com os mesmos” (29 anos de idade, Guarda policial)

⁴ A este respeito Amâncio (1989, p. 33) apud Nogueira (2006, p. 57) afirma que “a realidade actual indica (...) que a mudança estrutural representada pela entrada das mulheres de diferentes classes sociais nos diversos sectores do mundo do trabalho, não é suficiente para alterar a função da mulher na família, nem dá necessariamente origem a uma mudança na sua condição social”

“Sendo boa policial, primeiro valorizo o aspecto físico, pauto sempre pela honestidade, lealdade e imparcialidade” (33 anos de idade, Cabo de polícia)

Ao procurarem desempenhar sua profissão com base nos princípios de respeito ao cidadão, honestidade, lealdade e imparcialidade, as polícias estão a conduzir sua actividade quotidiana com base nas prescrições do regulamento interno da instituição policial, pelo que, podemos recorrer a Berger e Luckmann (1978) para afirmar que tratasse da exteriorização de um conjunto de valores interiorizados neste instituição.

Já no que refere-se ao princípio da não-violência não podemos deixar de afirmar, como veremos mais adiante no próximo capítulo, que tratasse de um aspecto que pode estar intimamente ligada a condição de mulher. No seu estudo Filho (1998), afirmou que os polícias são hoje conhecidos e apontados como perpetradores da violência física contra cidadãos. Podemos encontrar na nossa sociedade casos reportados pelos meios de comunicação, de violência física sem necessidade. Estes e outros casos similares têm sido alvo de crítica e de avaliação científica não obstante a violência ser um recurso institucionalmente legitimado.

Ainda assim, as polícias entrevistadas afirmam procurar não recorrer a violência ao longo da sua actividade profissional mesmo em situações nas quais são alvos de ofensas. Esta rejeição do recurso a violência legitimada reflecte o carácter reflexivo da acção social, ou melhor, as mulheres não se limitam a simples interiorização dos comportamentos dominantes no seu ambiente de trabalho, pelo contrário, elas seleccionam e aplicam os que vão de acordo com os seus princípios. De certo modo, estas observações contrastam com as observações do trabalho de Assis (s.d) no qual defende que a ascensão no mercado de trabalho faz com ela perca uma parte das características *sui generis* que a diferenciavam do homem.

De acordo com esta autora, as mulheres ganharam direitos iguais aos dos homens, porém perderam a sensualidade, a feminilidade e a sensibilidade, deixando-as mais duras e menos responsáveis consigo mesmas, com seus filhos e com seus maridos. Os nossos dados não permitem generalizar os resultados do estudo de Assis (s.d), pois, por mais que as polícias queiram ser iguais aos homens, elas reconhecem que a violência não harmoniza-se com a sua condição de polícia-mulher.

De uma forma geral, nesta categoria as polícias procuram não se distanciar do regulamento interno, distanciando de alguns recursos práticos que estejam ligados mais aos homens. Já na categoria do *desempenho com base na personalidade policial* encontramos todas aquelas mulheres que colocam a ênfase na personalidade do polícia, seguindo efectivamente ou a risca o regulamento interno, como está exposto no depoimento a seguir:

“Tenho o perfil de uma boa policial de boa conduta, bom comportamento com os meus colegas e no exercício das minhas funções como recomenda o regulamento” (45 anos de idade, Chefe de secretária)

Encontramos neste depoimento a referência a outros elementos de exercício da actividade policial diferentes dos apresentados na categoria anterior. Podemos compreender esta diferença pelo facto de a autora do depoimento anterior estar numa posição diferente das outras que se encontram na posição de cabo ou de guardas policiais. Berger e Luckmann (1978) afirmam que a ocupação de uma posição reflecte-se no desempenho.

De uma forma geral, os dados interpretados neste subcapítulo permitem-nos afirmar que as mulheres constroem diferentes concepções de polícias e procuram adoptar determinadas práticas ao longo do exercício quotidiano de sua actividade profissional. Os dados revelam que o exercício desta actividade ocorre por meio da reprodução dos preceitos institucionais, assim como por meio da selecção ou rejeição de alguns deles.

4.4. Construção da identidade policial da mulher

Procedemos neste subcapítulo com os dados referentes a forma como as mulheres entrevistadas procuram construir-se como mulher de modo a aferir a existência ou não de traços identitários interiorizados que as diferem dos homens. Os dados recolhidos no campo permitem observar que as mulheres procuram construir uma identidade com base em traços especificamente femininos.

Embora tenhamos muitos depoimentos passíveis de serem apresentados como representantes, nos limitamos a trazer apenas três que podem ser assumidos como representativos dos casos de construção de uma identidade de polícia por meio de traços assumidos como peculiares as mulheres. Vejamos os depoimentos seguintes:

“Me sinto diferente dos meus colegas homens, na medida em que nós mulheres não somos agressivas, atendemos com carinho as pessoas. A nossa maneira de atender é diferente porque nós só queremos que a pessoa colabore” (33 anos de idade, Cabo da polícia)

“Diferença com os meus colegas homens é que quando por exemplo vamos prender um homem agressivo e muito forte, é necessário ser um colega homem a fazer” (38 anos de idade, Cabo da polícia)

“Me sinto diferente dos meus colegas homens porque primeiro sou mulher e a minha maneira de me apresentar é diferente, eu uso brincos pulseiras, colares, pinto unhas e baton e o homem não” (27 anos de idade, Guarda policial)

O primeiro elemento que aparece de imediato nestes depoimentos é a existência da diferença entre homens e mulheres e o segundo é que essa diferença, nalgum momento, faz com que a identidade policial destas mulheres seja construída pela negação dos traços identitários masculinos. Esta negação é inerente ao próprio processo de construção de uma identidade social, pois ao nos afirmarmos com base nalguns traços identitários estamos, conseqüentemente, a excluir outros traços interiorizados por outros.⁵ Deste modo, o se afirmar diferente do homem, a mulher procura demonstrar traços que a tornam diferente.

Olhando para os depoimentos apresentados anteriormente, podemos observar alguns traços identitários interiorizados pelas mulheres como polícia. Estes traços são a não agressividade, o carinho, a procura da colaboração dos cidadãos, a incapacidade de prender um homem forte, o uso de elementos estéticos, como pulseiras, colares, pintura de unhas, baton. É importante separar em dois grupos estes traços.

No primeiro grupo encontramos a não agressividade, o carinho, a incapacidade do uso da força física, a procura de colaboração do cidadão como sendo elementos identitários que constituem valores directamente ligados a forma como as polícias desempenham o seu papel de polícia quotidianamente. Estes dados, contradizem mais uma vez os resultados de Assis (s.d) segundo o qual – só para recordar – a entrada das mulheres no mercado de trabalho faz com que elas percam as suas características particulares, como a sensibilidade, a emoção.

⁵ Bourdieu (1979) afirma que a identidade é construída ao longo da relação com a alteridade, isto é, o processo de identificação implica necessariamente o processo de diferenciação.

Ao contrário do que pressupõe esta autora, as polícias entrevistadas revelam que procuram conservar alguns valores que a caracterizam como mulher e as diferenciam dos homens, como seres agressivos, fortes, intolerantes. Tendo como base o nosso quadro teórico, podemos sublinhar que a construção da identidade não se dá por meio da simples reprodução das normas e valores objectivados na estrutura social, antes, dá-se por meio de uma selecção crítica que consiste na rejeição de alguns traços e interiorização de outros elementos. Recordemos que no subcapítulo anterior observamos que as mulheres incorporam valores como honestidade, sinceridade, lealdade e imparcialidade como traços transmitidos na polícia. Contudo, a sensibilidade, o carinho como traços que trazem consigo fazem com que rejeitem o uso da força física.

No segundo grupo estão inseridos aqueles traços identitários que estão ligados a forma como as polícias apresentam-se em termos estéticos. Como podemos aferir no terceiro depoimento dos três anteriormente apresentados, as mulheres continuam usando baton, pintura de unhas brancas. Estes traços são característicos de mulheres em diferentes espaços, o que demonstra que a formação policial no centro de Matalane pela qual passaram não provocou o abandono e a ruptura com os traços identitários que traziam consigo do mundo exterior ao policial.⁶

Ao longo da formação as polícias são ensinadas e obrigadas a não fazer uso de brancos, de baton e não pintar unhas. Contudo, verificamos que as polícias com as quais trabalhamos recorrem a estes elementos para a construção de sua identidade enquanto polícia. Porém, estes elementos estão ligados a concepção naturalizada que a mulher tem de si. A expressão “*eu sou mulher*” demonstra a ideia que a mulher faz de si, no sentido de conceber-se como portadora de uma identidade que a torna diferente por ser mulher. Assim, a mulher e o homem serão internamente diferentes.

Berger e Luckmann (1978) afirmam que não obstante a identidade ser construída reflexivamente, existe uma tendência que os actores têm de assumir as realidades como eternas no sentido de defender que a sua realidade é assim como deve ser independentemente da sua vontade. Deste

⁶ Goffman (2001) dignou de mortificação do “Eu” a ruptura que o actor social é levado a fazer com as experiências passadas quando integrado num centro de formação ou de internamento. Nos casos em análise não ocorreu a mortificação do “Eu” como seria de esperar se tomássemos como base a teoria goffmaniana.

modo, nos casos analisados nestes tópicos alguns dos traços identitários pelas mulheres são transportados do espaço privado (doméstico ou familiar) para o espaço público (mercado de trabalho).

A exteriorização de valores especificamente da identidade policial da mulher não é só uma questão de subjectividade de acordo com as entrevistadas, uma vez que, estas procuram aplicar no quotidiano da sua actividade. Os dados revelam que as polícias reconhecem que a forma como auto-constroem-se como mulheres influencia na forma como desempenham sua actividade, como podemos verificar nos depoimentos seguintes:

“O facto de ser mulher influencia na minha actuação, existem alguns aspectos sim, por exemplo quando lidamos com casos de violência sexual a uma mulher, só podemos ser nós mulheres a trabalharmos no caso” (34 anos de idade, Cabo da polícia)

“O facto de ser mulher influencia na minha actuação porque a mulher é mais cuidadosa em ouvir as pessoas diferentemente dos homens” (45 anos de idade, Chefe da secretária)

Observamos assim que a construção da identidade influencia nas acções práticas dos actores sociais. O facto de auto-construir-se como sensíveis, abertas, compreensíveis faz com que as mulheres assumam-se como as únicas capazes de lidar com casos que requerem a aplicação destes valores, como é caso da violência doméstica. Berger e Luckmann (1978) referem que a construção da subjectividade dos indivíduos exige a aquisição de vocabulários e formas de comunicação específicas a partir dos quais os actores sociais interpretam condutas e desempenham suas funções numa área institucional. Neste sentido, as mulheres trazem consigo seus próprios vocábulos e formas de interpretação que associam ao que apreendem na instituição policial de modo a desempenhar sua função.

A persistência da mulher em reproduzir estes traços identitários a partir do mundo exterior a instituição policial, releva o quanto os valores e normas interiorizados na socialização primária enraízam-se na subjectividade dos indivíduos. É esta força da socialização primária que faz com que os valores e normas transmitidos estejam presentes em outros espaços nos quais ocorre a socialização secundária, como é o caso da instituição policial.

Estas características de polícia-mulher não só interferem positivamente no desempenho da profissão policial, uma vez que, a tornam incapaz de intervir nalgumas situações. Identificamos

situações nas quais afirma-se “*quando por exemplo vamos prender um homem agressivo e muito forte, é necessário ser um colega homem a fazer*”. Esta alegação demonstra que sensibilidade feminina torna as polícias incapazes de intervir nas situações nas quais requer-se o uso da força física. Contudo, como já tínhamos afirmado nas páginas anteriores que a forma como os actores olham para a realidade não é a mesma, foi-nos possível identificar casos de mulheres que não têm a mesma percepção.

Para outras mulheres polícias com as quais trabalhamos, o facto de serem diferentes dos homens nalguns aspectos, não as torna incapazes de desempenhar algumas tarefas. Vejamos antes o depoimento a seguir:

“Não existe diferença nas actividades que fazemos, porque todos temos as mesmas capacidades, esse trabalho não é de homem nem de mulher. Se existisse diferença a mulher não estaria a trabalhar com munições e nem iria em operações perigosas. Mas homem sempre está a frente das operações, a mulher fica atrás, mas sempre está lá” (29 anos de idade, Guarda policial)

Não obstante estas mulheres reconhecerem a diferença identitária entre homem e mulher polícia, não implica que elas não tenham a capacidade de desempenhar as funções que os homens desempenham. Esta ideia constitui uma iniciativa de a mulher procurar contrariar as ideias que faziam dela, no sentido de afirmar-se que existem actividades masculinas para as quais elas não estão capacitadas. O que ocorre, como podemos observar no depoimento anterior, é que as mulheres continuam sendo deixadas para trás, sendo os homens a dirigir ou liderar as operações.

Não cabe a nós entrarmos na questão da discussão aprofundada sobre a divisão de actividades laborais entre homem e mulher, contudo, podemos afirmar, recorrendo a Souza e Santos (2014), que as mulheres não só lutam, nos seus locais de trabalho, para demonstrar a sua capacidade em desempenhar determinadas tarefas, como também lutam contra a desigualdade de oportunidades em participar e desempenhar essas mesmas tarefas, pois o homem continua, apesar da igualdade legalmente reconhecida, a ocupar um lugar de destaque e privilegiado.

Os dados analisados e interpretados neste subcapítulo, permitem-nos afirmar que a construção da identidade policial por parte das mulheres ocorre numa relação dialéctica entre a estrutura da instituição policial na qual estão objectivados valores e normas que orientam a construção da identidade policial e o desempenho de sua actividade profissional e sua subjectividade construída

com base nas experiências passadas vivenciadas especialmente na esfera privada onde aprendem a assumir-se como sensíveis, compreensíveis, não agressivas.

É neste sentido, que podemos fechar esta secção afirmando que a integração da mulher no mercado de trabalho e em profissões consideradas masculinas, não faz com que todas as mulheres percam os seus traços particulares e procurem ser iguais ao homem. Pelo contrário, esta leva consigo alguns dos seus traços que permitem uma auto-construção, especificamente como polícia, que a torne diferente do homem sob ponto de vista identitário, como sendo a realidade por nós explorada.

5. Considerações finais

Iniciamos este trabalho afirmando o nosso interesse em analisar o processo de construção da identidade policial por parte das mulheres que estão cada vez mais integrando-se em profissões antes consideradas exclusivamente como sendo masculinas. Foi neste sentido que nos questionamos sobre como esta construção ocorre dentro da instituição policial, pelo que assumimos como pressuposto que as mulheres auto-constroem-se como polícias por meio do encontro dialéctico entre os valores e normas transmitidos na instituição em causa e as normas e valores que trazem consigo de experiências passadas, vivenciadas antes de se alinharem para a polícia.

Tendo feito uma análise e interpretação dos dados que nos permitem avaliar a falsidade deste argumento tiramos algumas ilações tendo como base os objectivos propostos para serem satisfeitos. Primeiro procuramos saber sobre a ocupação de cargos de chefia ocupados pelas mulheres na instituição policial. Constatamos, neste aspecto, que as polícias que ocupam cargos de poder estão em baixo número e têm diferentes percepções quanto aos constrangimentos, pois umas percebem que a sua ocupação e progressão ocorrem de forma normal enquanto que outras afirmaram que enfrentam dificuldades vinculadas as relações de género, na medida em que são vistas como menos capazes.

Em seguida procuramos aprofundar o desempenho quotidiano da actividade de polícia, onde foi-nos possível observar que as polícias não deixam de seguir com alguns mandamentos da instituição policial que compreendem ser fundamentais para a sua profissão, porém, não deixam de revelar alguma particularidade. Os dados demonstram que as entrevistadas procuram desempenhar a sua actividade sem recorrer a violência. É importante sublinhar que o recurso a violência por parte da polícia tem sido alvo de muitas críticas por parte da sociedade. Talvez seja este o maior elemento que faz com que a sociedade desvalorize esta profissão, como nos fez saber uma polícia.

O terceiro elemento está ligado a própria construção da identidade. Neste ponto, os dados demonstraram que as mulheres procuram também interiorizar alguns valores e normas policiais como a honestidade, lealdade, sinceridade, mas não deixam de exteriorizar traços identitários que trazem consigo de fora de instituição. É no encontro entre estes dois grupos de valores e normas

que dá-se a identidade policial das mulheres e identificamos o elemento diferenciador destas com os homens. Neste sentido, as polícias assumem-se como capazes de desenvolver algumas actividades de forma eficaz para as quais os polícias homens não seriam pessoas melhor indicadas para o efeito.

Deste modo, a teoria da construção da realidade ao explicar a dialéctica entre sociedade e o indivíduo permitiu-nos corroborar a nossa hipótese segundo a qual as mulheres polícias constroem sua identidade profissional a partir da transformação dos valores e normas da instituição policial com base nas suas experiências, de modo, a cumprir com suas funções sem abandonar os valores e normas que trazem consigo.

A diferença entre homem e mulher polícia que exploramos neste trabalho não pode, de modo algum, conduzir a ideia de homogeneização da identidade de polícia-mulher, o que seria um erro. Até porque nalguns momentos fizemos referência a algumas diferenças nas ideias que as mulheres apresentaram. Neste sentido, torna-se importante aprofundar especificamente o grupo das mulheres polícias, de modo a aferir a influência que suas experiências passadas têm na construção da identidade feminina dentro do mercado de trabalho no geral e na profissão de polícia em particular. Esta é uma hipótese que pode ser testada em futuros estudos.

6. Referências bibliográficas

ALMEIDA, Rosemary & PAIVA, Luís. *A Construção do espaço social das mulheres nas instituições policiais*. In: BRASIL et al. *A face feminina da Polícia civil: Género, hierarquia e poder*. Fortaleza: Eduece, 2008. Capítulo II. pp. 71-98.

ARAÚJO, J. C. R. De. *Abordagem policial: conduta ética e legal*. universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: CRISP, 2008.

ARENDT, H.. *A condição humana*. (R. Raposo, trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

ASSIS, Rosiane Hernandez de. *A inserção da mulher no mercado de trabalho*, Instituto superior de Educação, Coimbra 09, VI-COVIBRA, S.d.

BAYLEY. H. *Patterns of policing: A comparative International analysis*. Rutgers University, 1990.

BRASIL, Glaucília & LOPES, Emanuel. *Demarcação dos espaços de comando e relações assimétricas de poder*. S.l. 2010.

BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. *A Construção social da realidade*. Lisboa: Coop, Trab. Gráficos. C. R. L, 1999.

BESSA, António. *Elites e Movimentos sociais*. Lisboa: Minerva do comércio, 2002, pp.133- 158

BEZERRA, Teresa & LOPES, Emanuel. *Quem são as mulheres da polícia civil?* In: BRASIL et al. *A face feminina da polícia civil: Género, hierarquia e poder*. Fortaleza: Eduece, 2008. Capítulo I. pp. 19- 70.

BOOKIE et al. *Para além das desigualdades: A mulher na África Austral*. Harare: DS Print Media. 2001.

BOUDIEU, Pierre. *A distinção – critica social ao julgamento*. Paris: Minuit, 1979, pp.109-157 189-195.

CALAZANS, Maria. *Mulheres no Policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã*. São Paulo, 2004.

CAPPELLE, Mônica. *Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na polícia militar de Minas Gerais*. Revista de Administração Mackenzie. Vol. 11, nº 3, 2010. Brasil. Universidade Presbiteriana Mackenzie.

CASIMIRO, Isabel. *Movimentos sociais e Feminismo*. Maputo: CEA/ UEM, 2001.

CASIMIRO, Isabel. “*PAZ NA TERRA, GUERRA EM CASA*”. *Feminismo e organizações de mulheres em Moçambique*. Maputo: Promedia, 2004.

CASSAMO, R. C. *Poder e Gênero: Estudo sobre a participação de mulheres em cargos de chefia*. 2010. Monografia apresentada para a obtenção do grau de licenciatura em Sociologia- Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane

COAN, Edivania. *O processo de expansão da participação feminina no mercado de trabalho Catarinense*. 2008. Trabalho para obtenção do grau de bacharelato em Ciências econômicas- Universidade Federal de Santa Catarina.

DA SILVA, Rosélia. *Os Impactos da Profissão na vida do policial civil*. 2010. Trabalho para obtenção do grau de Bacharelato em Serviço Social- Centro Universitário Augusto Motta.

DA SILVA, Vera. *O Discurso da mulher na carreira profissional*. S.d

DUBAR, C. *A Socialização das identidades profissionais*. Porto: Porto Editora, 1997.

FEITOSA, Ana. *Inserção das mulheres na polícia militar de Ceará: Gênero e policiamento comunitário*. 2010. Monografia apresentada para a obtenção do grau de licenciatura em Serviço Social- Universidade Estadual do Ceará.

FERREIRA, Maria. *Impactos da inserção das mulheres em ocupações consideradas masculinas: Frentistas e policiais femininos de Montes Claros- MG*. 2012. Pós- graduação em serviço social- Universidade Estadual de Montes Claros.

FILHO, V. da S. F.. *Estratégias policiais para a redução da violência*. São Paulo: Instituto Gernand Braudel de Economia Mundial, 1998.

- GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. 6ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Glibenkian, 2008.
- GIL, Carlos António. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2007.
- GIL, António. *Métodos e técnicas da pesquisa social*. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1961.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.
- MACIEL, Wélliton. *Representações sociais da violência e da identidade policiais militares por seus agentes*. Rio de Janeiro: Revista Habitus. Vol. 7, nº 2. 2009.
- Miranda, A. R. A.; CAPPELLE, M. C. A.; MAFRA, F. L. N. *Relações de gênero e poder: um estudo com professoras-gerentes em uma universidade pública*. II encontro de gestão de pessoas e relações de trabalho. GPR, 2011.
- MAGALHÃES, Gildo. *Introdução à metodologia da pesquisa: Caminhos da ciência e tecnologia*. São Paulo: Ática, 2005.
- MARCONI, Marina. *Metodologias Científicas: Para o curso de direito*. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2001.
- MARCONI, Marina & LAKATOS, Eva. *Metodologia do trabalho científico: 7ª edição*, São Paulo: Atlas, 2009.
- MONET, J. *Polícias e sociedade na Europa*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- Nogueira, M. da C. de O. C. *Os discursos das mulheres em posições de poder*. Universidade de Ninho. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, Braga, Portugal, 2006.
- QUELHAS, Filipe De Castro. *Mulheres executivas no mercado de trabalho, VI Congresso Nacional De Excelência em Gestão*, 2010.
- REINER, A. *A Política da polícia*. São Paulo: Edusp, 2004.
- RICHARDSON et al. *Pesquisa Social: Métodos e técnicas*. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 1999.

SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e Relações Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979

SOUZA, E. S. e de MORAIS, S. P. dos. *Mulheres no mercado de trabalho: um estudo com estudantes universitários do curso de administração de uma faculdade particular de São Paulo* (SP), 2014.

STORANI, Paulo. “*A Vitória sobre a morte: A Glória prometida*.” *O rito da passagem na construção da identidade das operações especiais do BOPE*”. 2008. Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social- Universidade Federal Fluminense.

OLIVEIRA, Maria. *As delegadas de polícia de São Paulo: Profissão e gênero*. 2009. 83 f. Dissertação para obtenção do grau de mestrado em Sociologia- Universidade Federal de São Carlos.

Anexos

GUIAO DE ENTEVISTA

I. Perfil sócio-demográfico

1. Idade
2. Nível de Escolaridade
3. Residência
4. Estado Civil
5. Formação Profissional
6. Tempo de Trabalho na Polícia

II. Ocupação de Cargos na Polícia

1. Por que motivo entrou na polícia.
2. Sempre sonhou em ser Polícia?
3. Qual é a sua categoria na polícia?
4. Ocupa algum cargo? Se sim, Qual?
5. Já ocupou algum cargo antes?
6. É fácil, ou não, ocupar um lugar de chefia na polícia, sendo mulher?
7. Há diferença de progressão na carreira entre homens e mulheres, na polícia?

III. Mulher VS exercício da Profissão de polícia

1. O que significa ser polícia para si.
2. Como você se vê como policia.
3. Fale sobre ser policial mulher.
4. Na instituição, ser polícia mulher e ser polícia homem é diferente? porquê?
5. Qual é a sua opinião em relação ao ingresso da mulher na profissão de polícia?

6. Na sua opinião, qual deve ser o perfil de uma boa policial.
7. Como você vivencia o facto de ser uma mulher trabalhando num meio ligado a uma maioria masculina.
8. Em que aspectos você se sente igual a suas colegas mulheres? Justifique.
9. De que maneira você acha que os outros a vêem como polícia.

IV. Aspectos femininos ligados a construção da identidade Policial

1. Em que aspectos você se sente diferente de seus colegas homens? Justifique.
2. De que forma o facto de ser mulher influencia na sua actuação como polícia.
3. Porque acha que actualmente a polícia tem admitido o ingresso de muitas mulheres nessa profissão?
4. Para finalizar, gostaria de acrescentar algo?